

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E  
INSTITUCIONAL**

**O TRABALHO COM O FUMO: SUBJETIVAÇÃO E PRECARIZAÇÃO NA  
ATIVIDADE DAS TRABALHADORAS SAFRISTAS**

Dissertação de Mestrado

Caroline Lorena Schulte de Freitas

Porto Alegre, março de 2002.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E**  
**INSTITUCIONAL**

**O TRABALHO COM O FUMO: SUBJETIVAÇÃO E PRECARIZAÇÃO NA**  
**ATIVIDADE DAS TRABALHADORAS SAFRISTAS**

CAROLINE LORENA SCHULTE DE FREITAS

Dissertação apresentada como requisito parcial  
à obtenção do grau de Mestre em Psicologia  
Social e Institucional  
Orientador: Prof. Dr. Álvaro Roberto Crespo Merlo

Porto Alegre, março de 2002.

Catálogo-na-Publicação

F866 Freitas, Caroline Lorena Schulte de

O trabalho com o fumo : subjetivação e precarização na atividade das trabalhadoras safrististas / Caroline Lorena Schulte de Freitas. - 2002.

106 f.

Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

1. Fumo - Indústria 2. Mulheres - Emprego 3. Trabalhadores temporários 4. Trabalho sazonal 5. Subjetividade  
I. Título

CDD 362.85

(Bibliotecária responsável: Viviane Castanho - CRB-10/1130)

*“... até que um dia, por astúcia ou acaso, depois de quase todos  
os enganos, ele descobriu a porta do labirinto...  
Nada de ir tateando os muros como um cego.  
Nada de muros.  
Seus passos tinham enfim a liberdade  
De traçar seus próprios labirintos.”*

*Mário Quintana*

*Dedico este trabalho aos meus dois amores,  
meu marido César e minha filha Mônica,  
pela paciência, carinho e apoio.*

## **Agradecimentos**

Ao meu marido **César** e minha filha **Mônica**, pelo estímulo, apoio e o amor de sempre.

Aos **meus pais**, pelo amor e ensinamentos.

À minha irmã **Jaqueline** e sobrinha **Roberta**, pelo amor e pela acolhida sempre calorosa em seu lar em Porto Alegre.

Ao meu orientador, **Prof. Álvaro Roberto Crespo Merlo**, pela confiança e palavras tranquilizadoras nos momentos difíceis.

Às **Prof.s Maria da Graça Jacques e Tânia Mara Galli Fonseca** pelas contribuições ao longo do curso.

Aos **colegas de Mestrado**, carinho e saudade.

Ao **Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fumo e Alimentação**, pelo apoio na pesquisa.

Aos **safristas**, em especial às que participaram desta pesquisa.

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| RESUMO .....   | 09 |
| ABSTRACT .....   | 10 |
| INTRODUÇÃO .....   | 11 |
| CAPÍTULO 1 – O TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE:<br>CENTRALIDADE, PRECARIZAÇÃO E SOFRIMENTO NO<br>TRABALHO..... | 16 |
| 1.1 A questão da centralidade do trabalho .....  | 16 |
| 1.2 A precarização do trabalho e o trabalho de safra .....   | 20 |
| 1.3 Sofrimento no trabalho e as estratégias defensivas .....   | 24 |
| <br>   |    |
| CAPÍTULO 2 – OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E A<br>INTERFACE DO TEMPO NO TRABALHO DE SAFRA .....               | 26 |
| 2.1 A questão da subjetividade .....   | 26 |
| 2.2 A interface do tempo no trabalho de safra .....  | 30 |
| 2.2.1 O redimensionamento do tempo na atualidade: a contribuição<br>de Deleuze .....                         | 30 |
| 2.2.2 O tempo da safra .....   | 34 |

|   |    |
|---|----|
| CAPÍTULO 3 – A QUESTÃO DO FUMO: DAS ORIGENS AO BENEFICIAMENTO NAS INDÚSTRIAS .....                                      | 37 |
| 3.1 As origens do fumo.....   | 37 |
| 3.2 As indústrias de cigarro .....  | 40 |
| 3.3 Os impostos sobre o fumo .....  | 42 |
| 3.4 A influência dos imigrantes alemães .....   | 43 |
| 3.5 Os tipos de fumo e seu cultivo .....  | 44 |
| 3.6 A classificação do fumo .....   | 47 |
| 3.7 As entidades representativas do setor .....   | 49 |
| 3.8 O beneficiamento do fumo .....  | 50 |
| <br>  |    |
| CAPÍTULO 4 – A METODOLOGIA .....  | 55 |
| 4.1 A pré-pesquisa .....  | 56 |
| 4.2 O público alvo .....  | 56 |
| 4.3 Coleta dos dados .....  | 57 |
| 4.4 Análise dos dados .....   | 60 |
| <br>  |    |
| CAPÍTULO 5 – SUBJETIVANDO-SE NA ESPERA: A VIVÊNCIA DO TEMPO DA SAFRA E DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO PELOS SAFRISTAS..... | 61 |
| 5.1 Motivação para o ingresso na safra .....  | 64 |
| 5.2 Vantagens e desvantagens do trabalho na safra .....   | 68 |
| 5.3 Vivência do trabalho de poucos meses .....  | 71 |
| 5.4 O processo de subjetivação que perpassa os safristas .....  | 71 |
| 5.5 Atividades desempenhadas na entressafra .....   | 74 |
| 5.6 Precarização das condições de trabalho .....  | 76 |
| 5.6.1 A organização e ambiente do trabalho .....  | 76 |
| 5.6.2 A desvalorização e exploração dos trabalhadores.....  | 81 |
| 5.6.3 A questão da disciplina e do controle.....  | 84 |
| 5.6.4 A exigência da escolarização .....  | 86 |
| 5.7 Sofrimento psíquico dos trabalhadores .....   | 88 |
| 5.8 Estratégias de defesa dos trabalhadores .....   | 91 |



|   |     |
|---|-----|
| CONCLUSÕES.....                                     | 93  |
| BIBLIOGRAFIA .....                                  | 99  |
| ANEXOS .....  | 104 |
| ANEXO 1 -TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO..... | 105 |
| ANEXO 2 – ROTEIRO DAS QUESTÕES.....                 | 106 |

## RESUMO

O trabalho de safra no beneficiamento do fumo, em Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul, se articula significativamente com as discussões contemporâneas sobre precarização do trabalho e sobre tempo. Este trabalho sazonal traz a marca da precarização desde seus primórdios, indicando que práticas precarizantes já existem há muito tempo, embora sua discussão seja atual. A progressiva redução do número de postos de trabalho, a redução do período da safra, a automação do processo do trabalho desenvolvida pelas empresas e o aumento de exigência para a admissão de safristas, em relação à escolaridade, indicam a instabilidade e exclusão social que perpassam estes trabalhadores e que não ocorrem sem reflexos em seu processo de subjetivação. A partir de uma pesquisa com safristas do sexo feminino, sindicalizadas, de diferentes funções e empresas, procedemos, neste trabalho, a uma análise de como os safristas vivenciam este trabalho de poucos meses, com repetição e interrupção previsível, quais os elementos de precarização que estão presentes nas condições de trabalho, bem como os efeitos que produzem na subjetivação destes trabalhadores. Para realizar a pesquisa e a análise dos dados, utilizamos o aporte teórico da Psicologia, Sociologia, Psicodinâmica do Trabalho e Filosofia, em uma metodologia qualitativa em que o tratamento dos dados baseou-se na análise de conteúdo. Os resultados indicam que os safristas se subjetivam pela negativa do emprego pleno, efetivo, sendo perpassados pela lógica da desfiliação mesmo em período de safra, tendo inscrição social nesta condição de espera, à margem do modelo imposto pelo capital.

## **ABSTRACT**

The benefits of the tobacco season in Santa Cruz do Sul, becomes significantly linked with contemporary discussions about the precariousness of work and about time. This seasonal work has shown the signs of precariousness since it's beginning, indicating that dubious practices have existed for a long time, although it is only currently being discussed. The progressive reduction of the number of jobs, the decrease in the duration of the season, the automation of the work process developed by the companies and the increase in the demand for seasonal workers, in relation to instruction, indicates the instability and social exclusion these workers suffer, and these conditions reflect on the seasonal workers' subjective process. Upon a research about syndicated female seasonal workers of different functions and companies, we proceeded in analyzing how these workers experiment this job that has a duration of only a few months, with anticipated interruption and repetition, and which dubious elements are present in working conditions, as well as the effects produced on these workers' subjectiveness. To accomplish the research and the data analysis, we made use of Psychology, Sociology, Psychodynamic of work, and Philosophy, through a qualitative methodology in which the data was handled based on the content's analysis. The results indicate that the seasonal workers subject themselves to the negative side of full and complete employment, being surpassed by the logic of desfiliation even during the crop season, having a social inscription in this waiting condition, out of the model imposed by capital.

## INTRODUÇÃO

O trabalho de safra, em empresas de beneficiamento de fumo, nos remete à história da indústria fumageira no município e região, à produção de fumo e, principalmente, nos endereça à própria história de Santa Cruz do Sul.

A cidade se organizou em função da sazonalidade do fumo, principalmente na questão econômica, concentrando os maiores incentivos tributários às indústrias deste segmento, em que as indústrias fumageiras garantem os maiores índices de arrecadação de impostos do município. A área cultural também girou por muito tempo em torno do setor, uma vez que por muitos anos festas e feiras promoveram a cultura do fumo, como a Feira Nacional do Fumo (FENAF). Além disso, o comércio também se intensifica no período da safra, devido aos investimentos que os agricultores fazem em novos insumos e em suas propriedades.

A cidade de Santa Cruz do Sul sempre foi a referência nacional na produção de fumo, sendo chamada, por muito tempo a “Capital do Fumo”. Hoje não mantém mais o mesmo patamar de produção de algumas décadas atrás, mas, mesmo assim, para os moradores da cidade, ainda ocupa este lugar no imaginário social.

Da mesma forma, trabalhar em um cargo efetivo em uma indústria de fumo sempre foi muito valorizado na região, pelos altos salários pagos a seus funcionários, além do *status* e outros benefícios sociais.

O trabalho na safra de fumo, em escala menor, também sempre representou uma remuneração melhor para as pessoas mais pobres, na maioria moradores de periferia, com pouca ou nenhuma qualificação. Muitos têm na safra sua única experiência profissional, repetida ao longo de muitos anos, seja em uma única empresa, ou em várias. A maioria dos trabalhadores de safra é do sexo feminino e se situa na linha de produção, enquanto que os homens estão em funções de chefia ou em tarefas consideradas mais pesadas. Para muitos é a única oportunidade de emprego que está dentro do perfil que apresentam (pouca ou nenhuma escolaridade, possibilidade de vários turnos – o que permite que fiquem com os filhos, etc.).

O trabalho de safra de fumo também trouxe reflexos sociais para a cidade, uma vez que muitos trabalhadores vieram de outras cidades em busca de vagas na safra e na colheita do fumo. O “inchaço” da cidade foi progressivo, com muitas famílias em condições de vulnerabilidade social tendo que ser atendidas por programas da Prefeitura. Vários loteamentos na cidade surgiram a fim de acolher estas famílias desabrigadas e sem trabalho. Entretanto, o crescente desemprego no setor torna estas famílias ociosas, mesmo no período da safra, aumentando a miséria e impulsionando muitas pessoas ao alcoolismo, mendicância, trabalho infantil, prostituição e aumentando a violência doméstica e em geral.

Este trabalho tem o intuito de compreender como os safristas, das indústrias de beneficiamento de fumo, vivenciam este tempo de trabalho (que é marcado por repetição e interrupção previsível) e a precarização presente nas condições de trabalho, bem como estes trabalhadores se subjetivam neste trabalho temporário, sazonal.

A escolha pelo setor de safra de fumo deve-se à importância que o segmento fumageiro tem na cidade e região, bem como por ser muito significativo em termos de alocação de mão-de-obra, com mais de 5.000 vagas abertas no período de safra. Ao mesmo tempo, interessa produzir um saber local sobre esta problemática social, como aponta Serres (1994), de uma realidade que faz parte da cidade em que morei por 17 anos e para a qual voltei recentemente. Além disso, o trabalho de safra e o modo safrista de trabalhar trazem a marca da precarização imposta pelo capital já em seus primórdios, trazendo efeitos também nas condições de trabalho.

O trabalho em safra, temporário, sazonal, não é um modo de trabalho novo, uma vez que existe deste o início do século passado, com o surgimento das primeiras fábricas de beneficiamento de fumo, processo este que o conservava para a venda e o protegia das pragas e umidade. O que se torna interessante é como o trabalho de safra se articula com as discussões contemporâneas sobre o tempo e sobre a precarização e flexibilização dos empregos (Castel, 1999; Antunes, 2000), embora, ao mesmo tempo, indique a existência de práticas precarizantes muito antes deste período.

Soma-se a este cenário o aumento das taxas de desemprego na região, que faz com que pessoas mais qualificadas também se candidatem a trabalhar na safra por não encontrarem outras vagas no mercado de trabalho. A diminuição do número de postos de trabalho na safra também é significativa nos últimos dez anos.

As indústrias também sofreram modificações, nas últimas décadas, tendo muitas automatizado a maior parte do processo de beneficiamento de fumo e de fabricação de cigarros (onde só há empregados efetivos), passando para as máquinas um saber, um fazer e um lugar social conquistado, na maioria das vezes, ao longo de muitos anos.

Da mesma forma, a safra também teve sua duração reduzida, uma vez que o que era realizado manualmente e de forma lenta, gradual, como, por exemplo, tirar a folha de fumo do talo (debulhar), ou, posteriormente, separar os talos das folhas já fragmentadas, agora é feito pelas máquinas. Além disso, todos os dados referentes ao fumo comprado (peso, classificação e origem) e seu destino após o beneficiamento também eram anteriormente registrados de forma manual pelos funcionários. O volume de fumo produzido também sofreu redução nos últimos anos, pela alta incidência de granizos e chuvas no período da colheita.

Compondo ainda este panorama da safra, há a ameaça de fechamento de muitas fábricas na cidade e em todo o estado, em decorrência dos projetos coibindo a propaganda de cigarros em todos os veículos de comunicação, projetos que não apontam nenhuma alternativa e mesmo preocupação com os que dependem do cultivo do fumo ou do emprego nas empresas do setor. Além disso, algumas empresas fumageiras têm manifestado a intenção de contratar somente trabalhadores que possuam no mínimo o 1º grau completo, promovendo ainda mais instabilidade e impossibilitando

que muitos trabalhadores ingressem no mercado de trabalho. Desta forma, são várias as ameaças que pairam sobre os safristas e os apontam a triste realidade da redução de postos de trabalho nos últimos anos e, a cada vez difícil inclusão social.

Os trabalhadores de safra de fumo, diante de tantas ameaças ao setor, ainda têm de lidar com situações que indicam a precarização, a fragilidade das condições de trabalho durante a safra. A maioria das tarefas que desempenham são desqualificadas, repetitivas e levam os trabalhadores ao sofrimento psíquico (Dejours, 1992).

A instabilidade produzida pela interrupção do trabalho, que acompanha o volume de fumo comercializado, também é fonte de sofrimento, uma vez que os safristas têm negado o acesso ao desejado e ilusório modelo do emprego efetivo, dominante e valorizado, embora em declínio.

Para proceder ao estudo de tais dimensões, trabalhou-se com um grupo de safristas sindicalizadas, de funções e empresas diferentes, todas do sexo feminino, trabalhando no mínimo há três safras, que vivenciam cotidianamente o universo do trabalho da safra de fumo. Os referenciais teóricos que deram suporte ao estudo advêm da Psicologia Social, da Psicologia do Trabalho, da Sociologia do Trabalho, da Psicodinâmica do Trabalho e da Filosofia.

O tratamento dos dados utilizou-se da análise de conteúdo (Bardin, 1979), em que algumas categorias apareceram como as mais importantes e significativas, como a motivação para o ingresso na safra, as vantagens e desvantagens da safra, o processo de subjetivação dos safristas, as atividades desempenhadas na entressafra, a precarização das condições do trabalho, o sofrimento psíquico dos trabalhadores e as estratégias de defesa dos trabalhadores.

Considerando as interfaces que perfazem o trabalho de safra no fumo, buscou-se atingir os seguintes objetivos:

- Identificar as peculiaridades deste tipo de organização de trabalho (que é perpassado pela repetição e interrupção previsível) e suas implicações na subjetivação dos trabalhadores de safra de fumo.
- Precisar as condições de precarização presentes no trabalho de safra.

- Conhecer como estas pessoas construíram suas trajetórias profissionais, o que faziam no período de entressafra.
- Identificar a dimensão do sofrimento no exercício deste trabalho e as estratégias de defesa utilizadas pelos safristas.

Faremos agora uma breve apresentação dos capítulos que compõem este trabalho.

No primeiro capítulo, abordaremos a questão da centralidade do trabalho na atualidade para, em seguida, focalizar a discussão da precarização do trabalho, que se apresenta no trabalho da safra, subjetivando os safristas. O sofrimento psíquico e as estratégias de defesa frente a esta situação também são focalizados.

No segundo capítulo, apresentaremos a questão dos processos de subjetivação para, em seguida, situarmos a discussão contemporânea do tempo, que se articula com o trabalho de safra e também passa o processo de subjetivação destes trabalhadores.

No terceiro capítulo, abordaremos um histórico sobre o fumo e outros aspectos diretamente ligados ao setor fumageiro e, posteriormente, apresentaremos as etapas do processo de beneficiamento do fumo, em que os safristas trabalham.

No quarto capítulo, será relatada a abordagem metodológica utilizada neste trabalho, com detalhamento do público alvo, coleta e análise dos dados.

No quinto capítulo, serão discutidas as vivências dos safristas deste tempo da safra e da precarização do trabalho, com especial atenção às características fragilizadas e degradantes das condições de trabalho, ao sofrimento psíquico e as estratégias de defesa frente a esta situação e como se engendra a subjetivação destes trabalhadores nestas condições.



## **CAPÍTULO 1 — O TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE: CENTRALIDADE, PRECARIZAÇÃO E SOFRIMENTO NO TRABALHO**

Tomando a definição de trabalho como o de uma atividade organizada que produz resultados e contribui na produção de bens e serviços, podemos considerar como trabalho formas diferenciadas de atividade, que incluem o trabalho assalariado, o trabalho independente não-assalariado, o trabalho doméstico, o trabalho voluntário e o trabalho informal. Para ser reconhecido como trabalho, essas atividades precisam obter o reconhecimento social; no entanto, podem ou não estar inseridos em uma dinâmica de mercado.

O trabalho que se configura na forma de emprego já está necessariamente ligado a uma dinâmica de mercado e está vinculado a uma instância jurídica, que é o contrato de trabalho, o qual, por sua natureza formal, já possui o reconhecimento social. É esta modalidade que mais tem sofrido interferências das novas formas de ação do capital, com as especulações de mercado e ganhos financeiros, minimizando o valor do trabalho como produtor de riquezas e imprimindo a lógica da rentabilidade máxima, com o menor custo possível.

Neste trabalho, utilizaremos para nos referirmos à questão da safra, tanto o termo trabalho, quanto emprego, uma vez que a safra se constitui num trabalho sazonal, temporário, mas, ao mesmo tempo, é regido por um contrato de trabalho.

### **1.1 A questão da centralidade do trabalho**

Atualmente, uma das principais discussões sobre o trabalho é o da sua centralidade na estrutura capitalista. Enquanto há autores (Meda,1995; Gorz,1998) que propõem que se viabilize um modo de vida em que o trabalho não ocupe mais um lugar central enquanto fator de integração social, de condição de cidadania ou de construção de identidade, há outros (Castel,1999; Antunes,2000) que recomendam cautela neste tipo de proposição.

Entre os autores que analisam a questão do fim do trabalho com cautela está Castel (1997; 1999), que reconhece que mesmo que a sociedade salarial não seja uma entidade eterna, atualmente o trabalho tem função essencial, como principal espaço de dignidade e da cidadania. O trabalho, segundo o autor, continua sendo uma referência não só economicamente, mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente dominante. Para Castel, o trabalho permanece como principal fundamento da cidadania, em suas dimensões econômica e social.

Antunes (1995; 2000), na mesma linha de Castel, faz uma crítica aos autores que defendem o fim da centralidade do trabalho como instrumento de inscrição social, tendo em vista a realidade de nosso país. O autor comenta que a realização do ser social objetiva-se através da produção e reprodução da sua existência, ato social que se efetiva pelo trabalho. O trabalho, segundo o autor, é o ponto de partida para a humanização do ser social. É a partir do cotidiano do trabalho que o homem torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas. Retomando Marx, Antunes (1995) traz a clássica comparação entre as atividades que a abelha desempenha na construção da colméia e as de um arquiteto, apontando que o que as distingue é o fato de o homem ter em sua mente a construção mesmo antes de executá-la, tendo um projeto consciente e proposital e um resultado já previsto, mesmo que idealmente.

Braverman (1977), também trazendo aportes da teoria marxista, ressalta que o homem, ao agir sobre o mundo externo, ao transformá-lo, transforma a si mesmo, transforma sua natureza.

Schnapper (1996) também demonstra cautela ao analisar o fim da centralidade do trabalho e refere que o trabalho permanece até a atualidade como o fundamento principal da dignidade dos homens. Aponta, ao mesmo tempo, que na atualidade há

processos dialéticos de inclusão e exclusão, não havendo um processo de exclusão definitiva para os sujeitos que se encontram fora do mercado de trabalho.

Enfatizando a importância do trabalho como inscrição social, Santorum (1998) salienta que o trabalho é uma das dimensões mais importantes da vida humana, sendo a pedra fundamental na construção e organização da sociedade. Permite, através de sua análise, desvendar as complexas e, por vezes, invisíveis relações que tecem a malha social, uma vez que medeia a ação humana na realização do seu projeto de vir a ser. A partir dele, segundo a autora, o sujeito torna-se ator e autor de seu espaço e tempo.

Nesta perspectiva, Tittoni (1994) destaca o âmbito de inserção social que o trabalho possui, utilizando a idéia de trabalho enquanto a possibilidade de inscrição nas relações sociais e como um meio através do qual o trabalhador sente-se útil e produzindo alguma coisa, considerando-se também as limitações e características do processo de trabalho. O trabalho, desta forma, torna-se veículo pelo qual são colocadas em prática as aspirações, desejos e possibilidades que os sujeitos nele envolvidos sustentam, a partir do significado que o trabalho, de um modo geral, adquire em suas vidas, enfatiza a autora.

Codo (1995) também comenta que o trabalho é ao mesmo tempo criação e destruição, miséria e fortuna, realização e tortura dos homens. Além disso, salienta que nos identificamos através do trabalho, e que a história do indivíduo é a história do trabalho, ou ainda, a história contemporânea do homem se expressa na realização da sociabilidade individual mediada pelas relações de produção.

Da mesma forma, Costa (1989) salienta que o trabalho não é apenas um meio de sobrevivência, uma vez que mantém o sujeito na posse de um predicado que o torna humano, que o inclui na sociedade, afirmando sua existência individual e sua identidade social.

Meda (1995), sob outra ótica, refere que o trabalho, na sociedade contemporânea, é um fato e não uma característica estrutural de todas as sociedades. Cita que foi por acidente, e não por regra imutável da natureza, que ele tornou-se o mecanismo essencial da realização da integração social e da auto-realização. Além

disso, propõe a redução do lugar ocupado pelo trabalho na vida social e individual, bem como o desenvolvimento, no tempo e no espaço até então ocupados pelo trabalho, de novas atividades públicas e privadas, relacionadas, por um lado, à vida familiar, emocional e cultural, e, por outro, à esfera pública (e à política em particular), que são essenciais à satisfação pessoal e à democracia. Nesta perspectiva, emprego total poderá simplesmente significar que todos tenham acesso ao emprego em uma base de igualdade, mas que esse emprego ocupe poucas horas, deixando a todos espaço e tempo para dedicação a outras atividades particulares e coletivas.

Gorz (1998) faz uma crítica ao discurso da ordem capitalista de que falta trabalho. Segundo o autor, é necessário distribuir melhor todo o trabalho socialmente necessário e toda riqueza socialmente produzida. Ele propõe que o trabalho como concebemos atualmente (com vínculo, pago) daria lugar a atividades múltiplas, mas sem a preocupação da remuneração. O tempo de trabalho deixaria de ser o tempo social dominante, e as relações sociais, os laços de cooperação, o sentido de cada vida seriam produzidos fora desta lógica do capital. O trabalho seria uma das múltiplas atividades de um sujeito, ao mesmo tempo em que o trabalho também seria múltiplo. O autor reivindica o direito à autonomia, à escolha e “às atividades vivas” (Gorz, 1998, p.84), numa reapropriação do tempo por cada um. Haveria maior flexibilidade para cada um eleger seus horários de trabalho e outras formas de trabalho (descontínuas). Como Meda (1995), o autor também propõe outros modos de participação social e coletiva.

Estas propostas parecem bastante interessantes, mas dificilmente poderiam se efetivar em curto prazo. Há a necessidade de toda uma mudança na lógica capitalista instaurada, que sabemos ser difícil (apesar de todo o desgaste que apresenta). Mesmo assim, muitas atividades vêm sendo desenvolvidas sob esta ótica de multiplicidade, norteadas pelos laços de solidariedade e cooperatividade.

Entendemos que o trabalho continua sendo o principal instrumento de integração social, de condição de cidadania e de construção de um lugar de sujeito e que uma sociedade “liberada” do trabalho ainda não condiz com a realidade brasileira, que se sustenta na lógica da hegemonia do emprego pleno, imposta pelo capital. Da mesma forma, ainda são incipientes os investimentos em ações coletivas que viabilizem formas alternativas de inclusão social e econômica. Não se pode esquecer, entretanto, a situação

de precarização do trabalho e o quanto a flexibilidade e a desregulamentação das relações de trabalho têm contribuído para o processo de “*desfiliação*”(Castel,1999, p.569).

## 1.2 – A precarização do trabalho e o trabalho de safra

Para esse autor, mais importante do que falar em fim do trabalho é apontar a precarização do trabalho, sua fragilidade e vulnerabilidade e discutir alternativas para que esta situação não se acentue ainda mais. Comenta que muitas pessoas estão condenadas a viver em um tipo de “*cultura do aleatório*” (Castel,1997, p.7), em que há alternância entre atividade e inatividade, vive-se de pequenos trabalhos, ou de alguma assistência social.

No trabalho de safra é interessante perceber que esta aleatoriedade, citada pelo autor, parece estar presente, na medida em que os safristas passam períodos em atividade e outros não (ou pelo menos não em atividade de safra), ressaltando a situação de precariedade e vulnerabilização de seus empregos e até de “*subemprego*” (Castel, 1999, p. 194) decorrente da sazonalidade.

Na atualidade, como também salienta o autor, toda a organização da temporalidade foi conturbada, e que todas as regulações que comandam a integração do indivíduo em seus diferentes papéis tornaram-se mais flexíveis. Alerta que ao invés de ver anomalia em toda parte, é preciso saber reconhecer as “*mutações culturais*” (Castel,1999, p.572) que tornam a sociedade mais ágil, as instituições menos solidificadas e a organização do trabalho menos rígida. Esse autor ressalta que nem sempre mobilidade é sinônimo de precariedade. Desta forma, ele ressalta que se deve tentar pensar nas condições de uma metamorfose da sociedade salarial, mais do que em sua simples liquidação na atualidade.

Antunes (1995), comentando os pressupostos marxistas, alerta também que, apesar de participar do processo de humanização do homem, o trabalho tem sido degradado e aviltado. O trabalho é convertido em meio de sobrevivência, de

subsistência, deixando a realização pessoal em segundo plano. Desta forma, o trabalhador torna-se também uma mercadoria.

Na teoria marxista o processo de alienação do trabalho é muito enfatizado e aponta justamente este estranhamento presente no trabalho na ordem capitalista. Segundo Marx (1971), o trabalhador, não detendo mais os meios de produção, disponibiliza sua força de trabalho em troca de um salário. Da mesma forma, o início da industrialização traz também técnicas que visavam a uma melhor organização do processo produtivo, com maior produtividade em menos tempo (taylorismo, fordismo). As tarefas tornaram-se repetitivas, fragmentadas, não tendo mais o trabalhador noção do processo de trabalho como um todo e de como seu trabalho se insere neste todo, nem a quem se destina o que produz. Cada vez mais o trabalhador não se reconhece mais o que produz e não se reconhece no que faz. Ainda hoje o trabalhador é assujeitado em seu trabalho, às vezes sob formas mascaradas, em que o que parece ser uma organização do trabalho mais participativa, esconde muitas vezes formas de explorar ainda mais sua força de trabalho e impedir sua resistência ao processo.

Antunes (2000) também aponta a necessidade de entender as mutações e metamorfoses que vêm ocorrendo no mundo contemporâneo, bem como a crescente precarização do trabalho, a desindustrialização e a desproletarização. Segundo o autor, é necessário ter uma concepção ampliada para entender a forma de ser do trabalho (e do trabalhador) no capitalismo contemporâneo, uma vez que ele se tem se complexificado, heterogeneizado e cada vez mais vem intensificando seus ritmos e processos.

No caso dos trabalhadores de safra, a dialética referida por Schnapper (1996), de inclusão e exclusão, os perpassa de forma clara pelas repetidas situações de interrupções e repetições que caracterizam o trabalho sazonal, embora esta inclusão se realize de forma muito frágil, sem efetividade. Esta condição somente ratifica e reforça suas situações de vulnerabilidade, precarização e fragilidade social e econômica, além da falta de reconhecimento simbólico.

A condição dos safristas de fumo aproxima-se do que Castel (1999) qualifica como o interino permanente, pela mobilidade presente na alternância entre atividade e inatividade, com trajetórias entre o emprego e não-emprego, incluindo-os em uma

vulnerabilidade de massa. Ao mesmo tempo o safrista é atravessado pelo que esse autor chama de qualificação negativa, uma vez que são trabalhadores que não têm força social, se inscrevem pela negativa.

O trabalho de safra também apresenta, concomitantemente, diferentes modelos de organização do trabalho que se unem com o objetivo de aumentar a produtividade, controlar o tempo (reduzir desperdício), intensificar a utilização de dispositivos disciplinares, fragmentar tarefas e desmobilizar ações coletivas, precarizando de forma intensa as condições de trabalho dos safristas.

Neste sentido, encontramos características típicas do sistema taylorista, com tarefas empobrecidas e repetitivas no processo de beneficiamento do fumo, controle sobre o tempo e domesticação dos gestos, do corpo, e a presença do “*homem boi*”, tal como havia denominado Taylor, pronto a executar o que lhe mandarem, sem reclamar. A docilidade e a prontidão apresentam-se como imprescindíveis para a manutenção do emprego.

O modelo fordista também presentifica-se no trabalho de safra de fumo, na medida que o ritmo de trabalho é determinado pelas esteiras que conduzem o fumo de uma etapa do beneficiamento à outra, num sistema de linhas de produção automáticas. É o fumo que chega ao trabalhador em seu posto de trabalho, aumentando a produtividade e maximizando a utilização do tempo.

Harvey (2001), neste sentido, comenta como as inovações técnicas e organizacionais empreendidas pelas empresas têm o intuito de acelerar o giro do capital, aumentando seu lucro. O autor cita, como exemplo desta prática, a linha de montagem e a aceleração de processos físicos, que também estão presentes no trabalho com o fumo. No beneficiamento do fumo, há etapas em que as máquinas promovem alterações bioquímicas no fumo para acelerar o processo de produção, que em outros tempos eram feitas manualmente ou de forma natural (como a vaporização das folhas, para o melhor manuseio, ou sua secagem).

Ao mesmo tempo, também compõe o cenário da organização do trabalho na safra a produção de acordo com a demanda, típico do modelo “*just-in-time*”, em que o

*blend* (composição de diferentes classes de fumo para a fabricação do cigarro) é produzido de acordo com o pedido da empresa compradora do fumo.

As condições de trabalho dos safristas sempre foram atravessadas pela marca da precarização, na medida que executam tarefas repetitivas, desgastantes e muitas vezes desqualificadas, além disso, há presença constante de poeira nas instalações da fábrica, o que traz problemas de ordem respiratória. O ruído das máquinas e o manuseio do fumo, que contém veneno e exala um cheiro muito forte (deixando os safristas em sua maioria nauseados) também são indicativos dos problemas que os trabalhadores encontram no cotidiano do processo laboral. Além disso, há poucos períodos de intervalo e riscos de acidentes de trabalho, já que não há exigência do uso de equipamento individual de proteção.

Da mesma forma, no trabalho de safra, há a crescente desvalorização do saber dos safristas, que, frente ao enorme exército de reserva e à automação do processo, torna-se desnecessário e insignificante. O medo de perder o emprego desmobiliza qualquer resistência frente às condições indignas de trabalho, propiciando que a internalização da disciplina e do discurso das empresas seja mais efetiva e que funcione, muitas vezes, como defesa frente ao sofrimento.

A disciplinarização da força de trabalho, como comenta Harvey (2001), para os propósitos da acumulação do capital, envolve ao mesmo tempo repressão, familiarização, cooptação e cooperação. O autor salienta que a socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social amplo das capacidades físicas e mentais, em que a educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) legitimam as ideologias dominantes e são incorporadas no cotidiano do trabalho.

A exigência que muitas empresas têm feito quanto à escolarização dos trabalhadores, não admitindo aqueles que não possuem o 1º grau completo, sinaliza que as empresas necessitam de empregados que possam assumir diferentes funções em troca de um baixo salário e, principalmente, vem legitimar a prática de impedir ou dificultar a



admissão de trabalhadores analfabetos ou de pouca escolarização. É a lógica presente na maioria das empresas de fumo: exigir, mas não reconhecer, não valorizar.

Esta prática perversa é comentada por Castel (1999), que ressalta que no contexto da busca de uma flexibilidade interna, as empresas tentam adaptar a qualificação dos trabalhadores às inovações da tecnologia, momento em que a qualificação, a formação funciona como seleção permanente. Desta forma, o autor comenta que os trabalhadores mais idosos ou não suficientemente formados para se reciclar acabam sendo dispensados, uma vez que se tornam inválidos para o sistema e são facilmente substituíveis.

### **1.3 Sofrimento no trabalho e as estratégias defensivas**

A precarização das condições de trabalho na safra, a crescente automação das empresas, bem como a organização do processo de trabalho, trazem efeitos psíquicos nos trabalhadores de safra, produzindo sofrimento no trabalho e estratégias de defesas frente a este, como foi tematizado por Dejours (1992). Vários elementos presentes no trabalho interferem na saúde mental dos trabalhadores, produzindo o que Seligmann-Silva (1994) denominou de desgaste mental no trabalho.

Na perspectiva de Dejours (1992), compreende-se o sofrimento partindo de uma perspectiva da normalidade e não da patologia, considerando o trabalho como centro de luta do sujeito para preservar a saúde mental. Neste estudo o objetivo é abordar o sofrimento psíquico de trabalhadores em atividade, não necessariamente pessoas doentes.

A normalidade não é concebida como simples ausência de doença e de sofrimento, mas como resultado precário de estratégias defensivas elaboradas para resistir àquilo que, no trabalho, é desestabilizante e até mesmo nocivo para o funcionamento psíquico e para a saúde mental.

O modelo de organização do trabalho, que na safra engloba o sistema taylorista e fordista, também se torna uma grande fonte de sofrimento para os trabalhadores, pela

execução de tarefas empobrecidas e repetitivas e pelo ritmo de trabalho determinado pelas esteiras, em busca de aumento da produtividade.

Entende-se por sofrimento um estado psico-afetivo penoso que resulta da diferença entre o que as pessoas esperam do trabalho e o que elas encontram efetivamente, pois entre o trabalho previsto e o trabalho real existe sempre um espaço propício à negociação e adaptação, que serve tanto para melhorar a qualidade, quanto para minimizar a carga de trabalho; quando esta margem de negociação se estreita, começa o domínio do sofrimento e da luta contra o sofrimento.

## **CAPÍTULO 2 – OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E A INTERFACE DO TEMPO NO TRABALHO DE SAFRA**

O trabalho de safra de fumo acolhe características que engendram os processos de subjetivação destes trabalhadores. A dimensão do trabalho, com suas condições degradantes e fragilizadas, através de tarefas repetitivas e empobrecidas, desqualificadas, controle e disciplina, desvalorização dos trabalhadores e exigências progressivas, perpassa a subjetivação dos safristas. Ao mesmo tempo, a negativa do emprego efetivo, dentro do modelo hegemônico imposto pelo sistema capitalista, também os subjetiva através da desfiliação, como aborda Castel (1999).

Da mesma forma, a dimensão do tempo também engendra a subjetivação dos safristas, uma vez que este trabalho é sazonal, temporário, em que ocorrem repetição e interrupção previsível, produzindo instabilidade diante da espera por uma outra atividade (safra ou emprego efetivo).

### **2.1 A questão da subjetividade**

Entendendo a subjetividade como algo em permanente devir, o termo que será utilizado para designá-la, a partir de agora será o de “*processos de subjetivação*”, (Guattari e Rolnik, 1999, p.31) que remetem aos modos de ser, de estar e de trabalhar produzidos e atravessados por determinado momento histórico.

Os processos de subjetivação na atualidade, segundo estes autores, constituem o que chamam de “*produção de subjetividade capitalística*” (Guattari e Rolnik, 1999, p.16) em que a cultura de massa aparece como elemento fundamental.

Essa cultura de massa, segundo os autores, produz indivíduos normalizados, serializados, articulados uns aos outros segundo sistemas hierárquicos, sistemas de valores e sistemas de submissão dissimulados, num esquadramento da subjetividade. Entretanto, este processo não se dá por internalização ou interiorização, rechaçando a idéia de que a subjetividade seja uma dimensão a ser preenchida. Há simplesmente uma produção de subjetividade.

Esta produção de subjetividade não ocorre somente no campo individual, mas, antes disso, é uma produção de subjetividade social, que perpassa todos os níveis da produção e do consumo, sendo na maioria das vezes inconsciente.

Em oposição a esta máquina de produção de subjetividade, eles propõem que é possível desenvolver modos de subjetivação singulares, os “*processos de singularização*” (Guattari e Rolnik, 1999, p.17), numa recusa aos modos de encodificação preestabelecidos, manipulações e comandos, tentando construir modos de sensibilidade, de relação com o outro e de criatividade.

Os autores também ressaltam que tudo que é produzido pela subjetivação capitalística, que nos chega pela linguagem, família e outros meios, não é apenas uma questão de idéia, ou transmissão de significações, nem modelos de identidade. Trata-se, segundo Guattari e Rolnik (1999), de sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo.

Os processos de subjetivação, de acordo com estes autores, implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extra-individual (econômicos, sociais, tecnológicos, ecológicos, de mídia), quanto de natureza “*infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal*” (Guattari e Rolnik, 1999, p.31), que envolvem os sistemas de sensibilidade, percepção, de afeto, desejo, de

representação, de imagens, de valor, sistemas de inibição e automatismos, sistemas corporais, entre outros.

É importante também dissociar os conceitos de indivíduo e de subjetividade. O indivíduo é serializado, registrado, modelado. A subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo. Uma coisa, nesta perspectiva, é a individuação do corpo. Outra é a multiplicidade dos agenciamentos da subjetivação, em que a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social, num entrecruzamento de determinações coletivas de várias espécies.

O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade pode oscilar entre dois extremos. A primeira diz respeito a uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal qual a recebe. A outra possibilidade é a de uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, num processo de singularização.

Os processos de subjetivação capitalística, segundo os autores, também implicam procedimentos de culpabilização, produzidos sistematicamente por todos os sistemas de modelização, de formação de subjetividade. Nesta mesma lógica, a ordem capitalística incide nos modos de temporalização, sendo mediado por planos e ritmos impostos, também num modelo de enquadramento, de controle.

Tentando explicar como o social produz a subjetividade, Deleuze (1988), fazendo uma leitura de Foucault, sugere a idéia de “*dobra*” ou “*prega*” (*pli*), (Deleuze, 1988, p. 111-115), ou seja, uma zona de subjetivação que se constituiria como uma dobra do fora. Desta forma, a parte de dentro da dobra seria como que um fora selecionado. Este fora é uma pluralidade de forças, o espaço da relação e da diferença entre as forças; são as intensidades que estão ali sempre pedindo passagem.

Deleuze (1988), comentando Foucault, ressalta que, a partir do século XIX, passam a ser as dimensões de finitude que vão dobrar o lado de fora. Salienta ainda que ora é a dobra do infinito, ora é a prega da finitude que dá uma curvatura ao lado de fora e constitui o lado de dentro. Este aspecto tem relação direta com a questão dos

trabalhadores de safra, que têm de lidar com esta dimensão de finitude (no caso do trabalho) que atravessa suas trajetórias profissionais e seus modos de ser.

O processo de subjetivação, segundo este autor, não pára de se fazer, de se metamorfosear, entremeadas com as relações de poder e saber. É, segundo o autor, o que Foucault chamou de relação consigo, o afeto de si para consigo, a força dobrada. Além disso, a subjetivação se faz por dobras, por quatro pregas de subjetivação. A primeira diz respeito às dobras sobre nosso próprio corpo; a segunda diz da relação das forças, que seguem uma regra singular; a terceira refere-se à dobra do saber ou da verdade; e a quarta é a dobra do próprio lado de fora. O autor comenta ainda que “(...) o sujeito, (...) ele está por se fazer, como um foco de resistência, segundo a orientação das dobras que subjetivam o saber e recurvam o poder.”(Deleuze, 1988, p.113).

Naffah Neto (1998), a respeito do processo de subjetivação, ressalta a idéia de como somos tocados pelo social, pelo mundo, utilizando como exemplo a música, que nos habita em determinado momento e nos transporta para diferentes lugares. Está, segundo o autor, fora e dentro e é o mundo subjetividade, o “*outr’em-mim*” (Naffah Neto, 1998, p.66). Este mundo não é somente exterior, nem somente interior, constitui-se antes como uma imbricação entre o exterior e o interior, o dentro como envergadura do fora, num devir subjetivo.

Nossa subjetivação se faz, desta forma, por nossos encontros com os outros, com objetos, lugares, por nossos atravessamentos com o tempo, com os sentimentos, com discursos, com leituras, enfim com aquilo que pode “tocar” cada um, com o que pode provocar uma “*perturbação*” (Varela, 1997, p.182-183), fazer diferença em nossos modos de ser, estar e trabalhar no contexto em que nos inserimos. Entretanto, neste processo de subjetivação estão presentes também movimentos de resistência. Segundo Deleuze (1988), a luta por uma subjetividade moderna passa pela resistência a duas formas de sujeição. A primeira refere-se às exigências do poder que insiste em nos individualizar em seus moldes, já a segunda baseia-se no modelo de atribuir a cada sujeito uma identidade conhecida, fixa, determinada. O autor salienta que a luta pela subjetividade se apresenta como direito à diferença, à metamorfose, à variedade.

## **2.2 A interface do tempo no trabalho de safra**

O trabalho de safra se articula com as discussões contemporâneas sobre a questão do tempo, principalmente na área da filosofia, que contemplam suas transformações, o redimensionamento deste na atualidade, permitindo repensar o tempo do trabalho safrista como combinação de diversos tempos e conformações e não simplesmente como um tempo natural e cronológico.

Torna-se fundamental problematizar a questão do tempo na medida que ele perpassa todo o trabalho de safra, subjetivando os trabalhadores através da vivência de repetição e interrupção previsível, em intervalos, num tempo virtual, situando suas trajetórias de trabalho em uma grande massa virtual do tempo, numa suspensão do tempo, que produz um emaranhado de histórias, experiências e vivências.

### **2.2.1 O redimensionamento do tempo na atualidade: a contribuição de Deleuze**

O tempo, ao longo da história, foi abordado sob diversas perspectivas; entretanto, todas as teorias se confrontam com a dificuldade de precisar o que ele é, rigorosamente. Prigogine e Stengers (1992), por exemplo, comentam que Aristóteles o definira como o número do movimento na perspectiva do antes e do depois, o tempo era associado ao movimento periódico dos astros, ao padrão comum que permite a medida de diferentes movimentos.

Ricoeur (1994) também faz referência a Aristóteles, citando uma frase do pensador a respeito do tempo, que diz que por um lado, ele foi e não é mais; por outro, ele vai ser e não é ainda, expressando a dificuldade em defini-lo. Da mesma forma, o autor cita os questionamentos de Agostinho a respeito do tempo, em que diz que se ninguém lhe pergunta sobre o tempo, sabe, mas se alguém lhe pergunta e tem de explicar, não sabe mais, ainda que compreenda quando se fala do tempo ou quando os outros falam.

Pelbart (1998) comenta que o filósofo não vê impor-se a ele uma única imagem do tempo. O tempo contém uma infinidade de mundos. O autor ressalta que mesmo na obra deleuziana (que norteará este percurso teórico), pode-se questionar se há uma teoria do tempo, embora a problematização do tempo seja recorrente em seus escritos. Ainda que esparsa e fragmentária, o tema assume novos contornos, passa por metamorfoses de acordo com o leque conceitual que se articula na construção deleuziana. O autor questiona se há, rigorosamente, alguma teoria do tempo.

A filosofia de Deleuze, segundo Pelbart (1998), pressupõe uma problemática temporal própria, singular na sua lógica, em que se esboça um pensamento pluralista, ontológico e afirmativo do tempo, se desdobrando sob o signo do conceito de diferença e da lógica da multiplicidade, numa temporalidade rizomática. Em Deleuze, ao invés de uma linha, de fluxo, de um rio, um círculo, uma ordem, uma forma do tempo, temos um emaranhado, há massa, há um labirinto, um turbilhão, variação infinita do tempo, tempo informal, plástico. É o paradoxo do tempo concebido não como sucessão, mas como “*coexistência virtual*” (Deleuze, 1999, p.56). Tempo como Todo Aberto, tempo como “*transversal de todos os espaços possíveis...*” (Deleuze, 1987, p.129), “*tempo como cisão*”(Deleuze, 1990, p.102).

Deleuze (1982; 1988 a), ao referenciar o paradoxo, que traz dos estóicos, comenta que este desafia tanto a idéia de sentido quanto a idéia de tempo da qual o sentido depende, fazendo emergir outros sentidos e uma temporalidade outra. O paradoxo abole o princípio de orientação fixa, da flecha do tempo orientada sempre a partir de um presente; através dele, sempre são afirmadas várias direções concomitantes, múltiplos sentidos simultaneamente, colocando em xeque o presente que serve de parâmetro à flecha do tempo. O paradoxo esquiva-se do presente, instalado na divisão infinita do instante e afirmando, ao mesmo tempo, os vários sentidos, numa temporalidade centrífuga, multilinear.

Deleuze (1999), numa leitura da obra de Bergson, também comenta e detecta os paradoxos do tempo, salientando que o passado coexiste com o presente do qual é passado. Passado e presente são dois elementos que coexistem, não são mais dois momentos sucessivos no tempo; o presente não pára de passar, o passado não pára de ser, mas pelo qual todos os presentes passam. O passado como condição de passagem



dos presentes. Cada presente se subdivide como que num presente e passado ao mesmo tempo. Memória ontológica como fundamento do desenrolar do tempo. Além disso, todo o passado coexiste com o presente, com cada presente. Cada perspectiva de passado é em si a totalidade do passado diferentemente contraído. Essas contrações em estado virtual podem se atualizar sob a forma de imagem-lembrança, coexistindo com o presente.

Desta forma, os paradoxos que o autor observou na obra de Bergson são: o paradoxo do salto, uma vez que é por um salto que nos instalamos no elemento ontológico do passado, ao invés de recompor o passado com o presente; o paradoxo do ser, uma vez que há diferença de natureza entre o passado e o presente, inversa à idéia de que passamos gradualmente de um ao outro; o paradoxo da contemporaneidade, em que o passado não sucede ao presente que ele foi, mas coexiste com ele, não se distinguem por um antes e um depois e o paradoxo da repetição psíquica, em que o que coexiste com cada presente é todo o passado, de forma integral, em graus diferentes de contração e distensão.

Prigogine (1996) também faz referência à obra de Bergson, citando os questionamentos do filósofo sobre para que serve o tempo. Na teoria bergsoniana, o tempo é o que impede que tudo seja dado de uma só vez. Ele atrasa, ou antes, ele é o atraso, devendo ser elaboração. Na teoria bergsoniana, segundo o autor, o tempo aparece como jorro efetivo de novidade imprevisível, ou como invenção (ou não é absolutamente nada, segundo Bergson).

Deleuze (1999), também na leitura da obra bergsoniana, comenta que o tempo é uma multiplicidade, que há um só tempo, embora haja uma infinidade de fluxos atuais, que participam necessariamente de um mesmo todo virtual, num mesmo tempo impessoal. A duração como multiplicidade virtual é equivalente a esse único e mesmo tempo. Deleuze ressalta que “*o Ser, ou o Tempo, é uma multiplicidade; mas precisamente ele não é múltiplo, ele é Um, conforme o seu tipo de multiplicidade*” (Deleuze, 1999, p.87). O autor insiste na importância de não se confundir a multiplicidade numérica, descontínua e atual (de exterioridade, simultaneidade, justaposição, de ordem quantitativa, diferença de grau) e a multiplicidade virtual e contínua (irredutível ao número, interna, de sucessão, de organização, de

heterogeneidade, de discriminação qualitativa ou de diferença de natureza), correspondente à duração.

A partir desta leitura do paradoxo e da multiplicidade, pode-se situar também as duas leituras simultâneas que Deleuze (1982) faz do tempo, a partir dos estóicos, que se caracteriza em Cronos e Aion.

Cronos é o presente, existe apenas o presente, que se encaixam num presente maior que abarca a todos, presente divino. Cronos também é limite, delimitação, mistura dos corpos, mensuração dos ciclos, pulsação através da qual ele se dilata e se contrai para absorver o presente. Cronos torna-se movimento regulado dos presentes vastos e profundos. Deleuze desdobra o Cronos dos estóicos em dois presentes, um bom e um mau Cronos, Ser e Devir, ser presente (da superfície) e devir-louco (da profundidade). Esse outro presente, essa visão aterrorizante do presente, em que Cronos perde seu limite, esse presente crônico e não mais cronológico em que o próprio Cronos se desfaz, é desequilíbrio, enlouquecimento temporal.

A segunda leitura do tempo, conforme o autor, que perfaz Aion, estabelece que não existe presente, apenas passado e futuro subdividindo o instante ao infinito, em que o instante perverte o presente em futuro e passado insistentes, a linha reta de Aion. Por sua vez, o Instante, como existência paradoxal, atópica, extrai do presente dos indivíduos que o ocupam as singularidades, as projetando sobre o passado e o futuro nos quais ele subdivide o presente incessantemente. Ao mesmo tempo, esse Instante se revela configurado por um presente distinto dos dois presentes de Cronos, que são o presente mensurado da efetuação e o presente desencaixado da subversão profunda. Esse presente distinto se constitui no presente da contra-efetuação, que impede a subversão de derrubar a efetuação e a efetuação de se identificar com a subversão.

Pelbart (1998) estabelece algumas diferenças explicitadas em Deleuze sobre Cronos e Aion. Cita, por exemplo, que Cronos é o tempo da medida ou da profundidade desmedida, enquanto que Aion é o tempo da superfície. Cronos exprime a ação dos corpos, das qualidades corporais, das causas, já Aion, é o lugar dos acontecimentos incorporais, dos atributos, dos efeitos. Cronos é o domínio do limitado e infinito, já Aion é do ilimitado e finito. Cronos tem a forma circular e Aion é linha reta. No seio do

tempo contínuo dos presentes encadeados (Cronos), insinua-se constantemente o tempo amorfo do acontecimento (Aion), com seus paradoxos, sua lógica insólita.

Deleuze (1976; 1988 a) também discute em sua obra a questão do eterno retorno, dizendo que não consiste no retorno do negativo, falando da possibilidade de seleção dos seres, numa recusa de um entendimento cíclico e mecanicista. Há neste autor a idéia de eterno retorno do outro, concebido como ser do devir, necessidade do acaso, retorno da diferença. O autor ressalta também que o eterno retorno é a resposta para o problema da passagem, uma vez que passar significa retornar afirmando o que passa.

São muitos os elementos presentes na construção teórica de Deleuze que permitem que se faça uma articulação entre as características do trabalho de safra de fumo e as transformações da concepção temporal, para além da lógica cronológica, fazendo-nos pensar que o tempo da safra consiste numa coexistência de tempos diversos.

### **2.2.2 O tempo da safra**

O trabalho de safra é marcado pela descontinuidade, se comparado ao tempo do trabalhado dos efetivos; entretanto, ele em si é contínuo enquanto dura. Enquanto ação feita no tempo, tem como que suas pontas presas, a do passado e a do futuro, previsíveis na sua repetição e na sua interrupção. Tempo paradoxal, que conjuga cronologia e emaranhado do tempo, contínuo e descontínuo, coexistência de tempos.

O trabalho de safra parece conjugar as duas leituras do tempo feitas por Deleuze, Aion e Cronos, uma vez que a safra engloba a questão inegável do tempo da natureza, cronológico, o caráter sazonal da produção e colheita do fumo e, ao mesmo tempo parece ser envolta por uma grande massa de tempo, um tempo espesso, que se escande, que coexiste, que faz das sucessivas experiências de safra um emaranhado do tempo.

Da mesma forma, essa temporalidade que perpassa o trabalho de safra, essa previsibilidade que diz respeito à sua repetição e sua interrupção, tem efeitos no processo de subjetivação dos safristas. Mesmo em época de safra, os trabalhadores,

perpassados por uma lógica excludente, já se organizam em um modo de espera pelo retorno ao trabalho. É o tempo em suspenso, intervalo temporal que organiza a vida destes trabalhadores.

No trabalho de safra, pode-se falar de que o eterno retorno, tal como refere Deleuze (1976; 1988 a), realmente se efetiva sob a ótica da diferença, no sentido de que a safra, quando recomeça, nunca é igual à anterior. Entretanto, o que parece se manter semelhante (e que tende a se intensificar) é a precarização das condições de trabalho dos safristas.

É importante analisar como os trabalhadores safristas vêm sendo engendrados neste tempo de trabalho que é perpassado por repetições e interrupções previsíveis, tem a marca do efêmero, o signo da cisão. Tempo, segundo Grisci (1999), atravessado por velocidades extraordinárias que desvalorizam passado, presente e futuro, banalizando as trajetórias dos sujeitos. A cada nova safra, seu modo de trabalhar e de ser tem de lidar novamente com esta fratura do tempo, sendo atravessados por este turbilhão do tempo.

Sennett (1999) relata como em décadas passadas o tempo era linear na vida das pessoas, em que estas possuíam o mesmo emprego por vários anos, com conquistas cumulativas. Viviam, segundo ele, um tempo previsível. As narrativas que as pessoas faziam de suas trajetórias profissionais e de vida também eram lineares e lhes garantiam um lugar social definido. Na atualidade, o lema, segundo o autor, é de que não há longo prazo, o que corrói a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo. Da mesma forma, a capacidade de estruturar narrativas se encontra dificultada por conta de tantos fragmentos e episódios advindos da flexibilidade e instabilidade dos empregos, gerando o que o autor chama de experiência de deriva no tempo.

O trabalho em safra de fumo também pode trazer dificuldades para que os sujeitos que nela trabalham construam suas narrativas de vida e de trabalho. Além disso, contribui para uma desmobilização dos trabalhadores por seus direitos, aumentando ainda mais a precarização dos empregos, como refere Castel (1999).

Grisci (1999) comenta sobre o entrelaçamento entre o trabalho e o tempo no cenário contemporâneo, que apontam para novos regimes temporais, novos modos de trabalhar e novos modos de subjetivar.

Deleuze (1990), a respeito dos atravessamentos do tempo no processo de subjetivação, refere que somos interiores ao tempo, nos constituímos no desdobramento do tempo, somos atravessados pelo tempo. Para este autor o tempo é concebido como diferença, como multiplicidade. Ao mesmo tempo, para o autor, nos constituímos também pela dobra do fora, pelas pregas que formam um dentro (abordado no tópico sobre a subjetividade).

Bensaïd (1999) traz a questão do tempo como relação social, como estando sempre em movimento, em metamorfose. Desta forma, o presente recomeça a cada vez nem inteiramente como o mesmo, nem inteiramente como um outro, desafiando a lógica tanto de um quanto de outro. O autor também fala da importância de recuperar o sentido dos ritmos e dos começos, de conjugar regularidade e novidade, de construir o conceito de um tempo cujas categorias ainda estão por ser inventadas.

Além disso, os modelos de organização do processo de trabalho que atuam principalmente sobre o controle e a aceleração de seu ritmo, onde o tempo e cadência são determinados pela máquina, como é o caso do trabalho na safra, com as linhas de produção, visando o aumento da produtividade, ratificam o quanto os trabalhadores de safra perderam o controle sobre o tempo do seu trabalho, ficando submetidos e aprisionados nele, legitimando a expropriação de um saber construído socialmente.

Como ensina Braverman (1977), o que surge na divisão técnica do trabalho não é um trabalho parcial, mas um trabalhador parcial, visto que o processo de trabalho não sofre rupturas e discontinuidades. Apenas o trabalhador é alocado em uma divisão e num fracionamento de tarefas que o torna assujeitado a uma migalha de trabalho. Ele se torna parcializado em relação a um fazer total. No caso da safra, a parcialização não é apenas espacial e funcional, mas também temporal.

## **CAPÍTULO 3 – A QUESTÃO DO FUMO: DAS ORIGENS AO BENEFICIAMENTO NAS INDÚSTRIAS**

### **3.1 As origens do fumo**

Nardi (1985) sustenta que a história do fumo no Brasil começa bem antes da chegada dos europeus. Segundo ele, a planta nasceu provavelmente nos vales orientais dos Andes bolivianos e se difundiu no atual território brasileiro através das migrações indígenas, sobretudo Tupi-guaranis. O fumo para os índios brasileiros tinha um caráter sagrado, seu uso era geralmente limitado aos ritos mágico-religiosos e como planta medicinal. O fumo era utilizado para a iniciação dos pajés e nas cerimônias tribais. Consta que das seis diferentes formas do fumo ser usado (comido, bebido, mascado, chupado, em pó e fumado), o hábito de fumar era o mais relevante.

O fumo era comum nas tribos Tupinambá e cultivado em toda costa do Brasil, comenta o autor, quando os europeus chegaram. Segundo ele, no início de novembro de 1492, foi presenciado, pela primeira vez, pelos companheiros de Cristóvão Colombo, o uso do fumo pelos índios. Teria começado então a história de sua expansão: em apenas um século o fumo passou a ser conhecido e usado no mundo inteiro, expandindo-se de duas maneiras. A primeira foi através dos marinheiros e dos soldados, que fumavam ou mascavam o fumo de corda como forma de passar o tempo durante as longas viagens (difundindo o costume entre as camadas populares dos países europeus, da África e do Oriente). A segunda maneira foi após a expedição de Martim Afonso de Souza ao sul do Brasil, em 1530, quando o donatário português Luiz de Góis, em 1542, levou e cultivou a planta em Portugal. Em 1560, o então embaixador da França em Portugal, Jean Nicot

ouviu sobre os efeitos que a planta produzia sobre doenças como a enxaqueca, enviou-a à rainha da França, Catherina de Medicis, que padecia deste mal. O ato de pitar da rainha foi imediatamente imitado pelos nobres de sua corte e pelas demais cortes européias, dando início ao mercado do fumo em pó, o rapé.

No início do século XVI, segundo o autor, os colonos portugueses obtiveram o fumo dos índios através de trocas, mas várias guerras fizeram com que eles comessem a cultivá-lo, de início para o próprio consumo e depois para vendê-lo. No Brasil, ainda no século XVI, a mão-de-obra, que inicialmente era constituída por índios, foi substituída por escravos negros. Nardi (1985), trazendo um relato de Antonil, em 1711, ressalta que já havia uma diferenciação/especialização entre os que executavam determinadas tarefas. Por exemplo, diz que “(...) *botar os pés da planta nas covas era o trabalho das crianças; manejar a enxada era o dos adultos; mas copar a planta era reservado a um negro mestre, isto é, já especializado. Os escravos eram empregados principalmente na fabricação de rolos. Todos destalavam as folhas, colocavam nas varas para secar, mas cabia a alguns mestres o preparo dos rolos (...)*” (Nardi, 1985, p.15). Além disso, a partir do fim do período colonial (1808) até o início do século XX, o fumo diversificou-se tanto na agricultura como na indústria e no comércio.

Na agricultura, uma política de desenvolvimento (escolas, crédito rural, centros de pesquisa e introdução de sementes) permitiu a criação de novas áreas fumageiras, além da Bahia: o fumo passou a ser cultivado em Minas Gerais, Goiás, São Paulo e, sobretudo, no Rio Grande do Sul, com a chegada dos imigrantes europeus, em particular os alemães. Em 1824, o fumo começou a ser cultivado na colônia de São Leopoldo e em 1850 na nova colônia de Santa Cruz do Sul, futura “*capital do fumo*” (Nardi, 1985, p.8). Ao mesmo tempo, surgiram novos tipos de fumo. Enquanto a Bahia continuava a cultivar unicamente fumos escuros locais (tipo Brasil-Bahia), as demais regiões começaram a utilizar ou mesmo criar outras variedades, como ‘sul de minas’, ‘Goiânia’, ‘flor branca’, ‘Kentucky’, etc. Apesar de numerosas tentativas para cultivar os fumos claros no Brasil (tipo Virgínia), só em 1870 foram importados vários tipos de sementes, inclusive pelo Rio Grande do Sul (e posteriormente por Santa Catarina) que fez desta região uma das primeiras do mundo na produção de fumos claros.

No setor da indústria, surgiram, de acordo com o autor, no século XIX, as fábricas de rapé, no Rio de Janeiro, mas aos poucos foram desaparecendo (em 1888, restavam apenas quatro fábricas). Já a indústria de charuto, geralmente feito artesanalmente pelos próprios produtores de fumo, desenvolveu-se durante todo o século XIX e seu período de prosperidade situou-se entre 1870 e 1930.

No comércio, observa-se no século XIX uma diversificação. O desenvolvimento das comunicações internas (novas estradas de rodagem e de ferro, companhias de navegação) facilitou a circulação do fumo no país. Criaram-se diferentes processos de comercialização, estruturas complexas entre diferentes produtos (fumo em folha, em corda, desfiado, charutos, cigarros, rapé), os diferentes estados produtores e as numerosas destinações – mercado local (estadual), mercado interno nacional e exportação. De maneira geral, 90% do fumo em folha eram exportados e o restante era distribuído no país.

Nardi (1985) ressalta que nas três primeiras décadas do século XX assiste-se à concentração agrícola e industrial e ao estabelecimento das estruturas atuais. A produção caiu na maioria dos estados, mas houve um grande aumento na Bahia e Rio Grande do Sul, que representavam 80% do total em 1930. Ao mesmo tempo, ambos se diferenciaram tanto pelo tipo de fumo cultivado – escuros para charutos na Bahia, e claros para cigarros no Rio Grande do Sul – como pela técnica mais artesanal na Bahia e sofisticada no Sul, onde surgiram as primeiras estufas.

Na indústria, a concentração ocorreu porque as empresas precisavam de um capital cada vez maior. No setor dos cigarros, então em grande expansão, eram necessários também grandes capitais para atender às novas necessidades do mercado. Assim, o português Albino Souza Cruz, um dos maiores fabricantes da época, associou-se em 1914 a British American Tobacco, para ampliar a produção e comercialização de cigarros de sua empresa, fundada em 1903, no Rio de Janeiro, e em plena evolução.

No setor de beneficiamento de fumo, a maior concentração ocorreu em Santa Cruz do Sul, em 1918, com a união de seis empresas, formando então a Companhia de Fumos Santa Cruz, uma das primeiras do país. Nessa altura, a indústria do fumo já ocupava um lugar de destaque na economia do país. (Nardi, 1985).



O setor de exportação foi favorecido, segundo o autor, no final dos anos 60, pelo embargo da Rodésia (atual Zimbábue), então grande produtor e exportador de fumos claros. De 1971 a 1982 as quantidades exportadas pelo Brasil observaram um crescimento de 278%, sendo o país responsável por 80% das exportações. Os Estados Unidos e o Reino Unido começaram a dar cada vez maior preferência ao fumo brasileiro.

### **3.2 As indústrias de cigarro**

A indústria de cigarros no Brasil começou cedo, segundo Nardi (1985), no século XIX. Entretanto, nestes primeiros tempos, tinha desvantagens em relação ao charuto. O principal era o pequeno consumo. Muitas vezes, o cigarro vinha do estrangeiro. Outras vezes dava-se preferência ao fumo de corda ou desfiado. Enrolava-se o fumo numa folha de papel ou palha de milho e estava pronto o cigarro, dispensando a fábrica e os impostos.

Só no século XX o consumo de cigarros cresceu muito, contribuindo para a queda dos charutos. As fábricas desenvolveram-se principalmente no Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul. O fumo era comprado em rolos e desfiado nas fábricas ou já vinha desfiado. Havia dois tipos de fábricas de fumo, segundo o autor. As primeiras desfiavam o fumo em corda para venda direta ao consumidor ou ainda para a indústria cigarreira. As demais beneficiavam o fumo para exportação.

Em setembro de 1874, o português José Francisco Correia estabeleceu no Rio de Janeiro um pequeno negócio de fumo, ampliado depois de dois anos e fazendo surgir o famoso fumo marca Veado. Segundo Nardi (1985) foi nesta fábrica que trabalhou Albino Souza Cruz, antes de fundar sua própria empresa em 1903. Em 1880, surgiu em Pelotas (RS) uma outra grande manufatura de fumo, que obteve muitos prêmios em 1912 com a marca Cerrito.

As fábricas que se voltavam para o mercado externo trabalhavam de acordo com as peculiaridades de cada país importador. Segundo Nardi (1985), cada país pedia um

tipo diferente de folhas. A Áustria, por exemplo, preferia folhas finas, macias e sedosas. A Inglaterra, folhas bem secas, destaladas, de cor castanha ou clara, avermelhadas ou castanho-escuras. Já a Alemanha preferia folhas bem claras, elásticas e resistentes, com nervuras bem finas. Este tipo de fábrica era geralmente ligado ou pertencia às empresas exportadoras. Todas tinham instalações amplas, onde beneficiavam e guardavam o fumo durante uma parte do ano.

Em Santa Cruz do Sul, segundo Martin in Seffrin (1995), no início do século XX, várias firmas trabalhavam com fumo em folha, predominantemente com o galpão. Irmãos Schütz, Adolfo Iserhardt, Lindolfo Grawunder, Schilling & Cia. eram as mais importantes da época. Em vista da necessidade de aumento do capital, face às novas exigências do mercado, tais empresas uniram-se, em 1918, dando origem à Companhia de Fumos Santa Cruz, que passou a se dedicar à produção de cigarros.

No ano de 1917, a Souza Cruz construiu, em Santa Cruz do Sul, a primeira usina de processamento de fumo do país, marcando, com este empreendimento, o início do cultivo racional do fumo. Foi também a Souza Cruz que introduziu entre os produtores as primeiras estufas para secagem. (Seffrin, 1995).

A partir de 1920, segundo este autor, a produção experimentou um incremento significativo, surgindo com ela várias outras indústrias, como a Companhia Brasileira de Fumo em Folha (Souza Cruz), a Sudan, Exportadora Hennig, Fernando C. Tatsch Filhos S.A., Loewenhaupt & Cia., Fábrica de Fumos Sul-Brasileira Ltda., Kliemann & Cia., Kraemer & Santos – Eick, Cooperativa Amstadt & Goldbeck & Boettcher. Por volta de 1950 e início da década de 60, havia cerca de 20 empresas fumageiras, a maioria de pequeno porte, operando em Santa Cruz do Sul. Ao final da safra, centralizavam a produção e comercializavam ao centro do país, já que disputa de mercado restringia-se às fábricas nacionais. As exportações só começaram a se intensificar em 1967, com a vinda das empresas multinacionais e com a introdução da variedade Virgínia. Atualmente, o parque industrial de fumo de Santa Cruz do Sul possui seis grupos empresariais ligados à produção, compra e beneficiamento do produto, incluindo ainda uma fábrica de cigarros.

### 3.3 Os impostos sobre o fumo

Desde o século XIX a taxaço sobre o fumo era muito pesada, segundo Nardi (1985). Já havia os impostos de circulaço; da indústria e profissão; e de consumo. Situavam-se em todos os níveis: municipal, estadual e nacional.

Durante o Império, segundo o autor, as assembléias legislativas tinham a liberdade de criar impostos locais sobre o comércio de gêneros produzidos ou não em cada província. Às vésperas da Proclamaço da República, outros municípios tinham criado impostos, sempre sobre a saída do fumo. Existiam, ainda, impostos sobre a importação do fumo. A nível nacional, houve também três tipos de impostos. O primeiro era sobre cada rolo de fumo importado da Bahia, conforme alvará assinado por Dom João VI, em 1808, em defesa da capitania. O segundo era cobrado quando o fumo saía dos trapiches em qualquer província. Além disso, nas alfândegas de todos os portos havia um dízimo para as vendas ao exterior.

Havia também, segundo o autor, impostos sobre as fábricas e casas comerciais (1912), destinados às rendas da União e atingindo todos os ramos de atividade. Em 1844 foi baixado o primeiro regulamento do imposto sobre as indústrias e profissões, calculado conforme a província à qual pertencia a fábrica ou loja, sobre o meio de produção (número de operários) e sobre o valor decorrente da localização do prédio.

Os impostos de consumo incidiam sobre as bebidas alcoólicas e outros produtos, desde 1835, mas o fumo estava livre. Funcionavam também como taxa alfandegária, que podia ser paga com parte da mercadoria.

Foi por instigaço de Rui Barbosa, então Ministro da Fazenda, em 1892, que se estabeleceu um imposto de consumo sobre o fumo. Era uma novidade na legislação brasileira, tendo o setor fumageiro protestado, uma vez que a cobrança se fazia à saída das fábricas. Tratava-se, segundo Nardi (1985) de taxaço sobre uma coisa inexistente – o consumo antes mesmo que ocorresse. A principal reclamaço dos industriais era a de ter de adiantar o dinheiro do imposto sem ter a segurança de recuperá-lo, devido a perdas que o fumo sofria durante o transporte e armazenagem, sem falar na possibilidade de não vendê-lo. Os fabricantes e comerciantes do setor encaminharam

várias petições às autoridades pedindo o fim deste imposto que só onerava mais a carga tributária já existente. A alegação era a de que tal imposto era inconstitucional, pois a arrecadação cabia ao governo federal, embora se tratasse de ‘imposto sobre indústrias e profissões’, só cabível aos estados. Foi só após 1920 que tal discussão esvaziou, mais por conformidade dos industriais e comerciantes.

Este imposto iria fazer do fumo e de seus derivados uma das principais rendas do país. Em 1899, o fumo já significava 25,5% do imposto de consumo e 1,1% do total da receita federal. Dele surgiu o IPI atual. Em 1966, pela Emenda Constitucional nº 18, o Imposto de Consumo tomou o nome de Imposto sobre os Produtos Industrializados, tendo como base o Regulamento de 1964, e em 1974, o fumo e seus diferentes produtos representavam 29% do imposto respectivo e 10,9% do total da arrecadação federal, tornando-se o maior fornecedor de renda do Tesouro Nacional.

Apesar de tantos problemas com a sobrecarga de impostos, o desenvolvimento da indústria do fumo encontrou vários elementos favoráveis, como a concentração de pessoas em grande parte nos centros urbanos, facilitando o comércio, além de existir matéria-prima abundante. Ao mesmo tempo houve a passagem do sistema escravagista para o trabalho assalariado, criando, junto com a imigração, uma grande reserva de mão-de-obra.

### **3.4 A influência dos imigrantes alemães**

A imigração alemã teve forte influência no desenvolvimento do fumo e sua indústria no Rio Grande do Sul, devido à estrutura da terra (o minifúndio), que favorece a cultura do tabaco, e o aumento do comércio da província com a Alemanha. A colônia de São Leopoldo, fundada em 1824, desde o início cultivava o gênero, e já no ano de fundação tinha um excedente exportável. Santa Cruz do Sul, que se tornou mais tarde a maior produtora de fumo no Brasil, a ponto de ser chamada ‘a capital mundial do fumo’, foi fundada em 1850. Segundo Nardi (1985), seu êxito no setor deve ser atribuída a uma boa organização na lavoura e no comércio.

### 3.5 Os tipos de fumo e seu cultivo

Nardi (1985) ressalta que não foi com um único tipo de fumo que a cultura se espalhou pelo Brasil no decorrer do século XIX. Numerosas variedades eram plantadas, algumas importadas e outras criadas localmente. Todas podiam ser agrupadas em dois tipos básicos: os fumos escuros e os fumos claros.

Até o início do século XIX, apenas algumas variedades de fumos escuros eram cultivadas na Bahia. Classificavam-se como fumos pesados ou fortes, fumos leves ou das matas e fumos fracos. Dava-se o nome genérico Brasil-Bahia às classes fortes e leves. Posteriormente outras variedades de fumos escuros começaram a surgir.

As primeiras tentativas para adaptar os fumos claros no Brasil datam de 1817, quando fracassou a introdução do tipo Virgínia na Bahia. Outra tentativa, desta vez com sementes, em 1810, fracassou por não ter encontrado a confiança dos lavradores baianos. Em 1895, um alemão também não teve êxito quando tentou trazer o fumo Sumatra, utilizado até então para as capas dos charutos.

Só em Santa Cruz do Sul (RS) o êxito foi afinal obtido. As primeiras sementes cultivadas vieram de Cuba e dos Estados Unidos e eram do tipo escuro (Connecticut, Maryland, Burley, Kentucky), mas em 1870, chegou o tipo ‘chinês’, do qual se originou o ‘amarelinho’, que passou a ser cultivado em larga escala na província. Até que, em 1920, o fumo Virgínia foi implantado, ganhando, aos poucos, a importância que hoje atingiu. (Nardi, 1985).

Seffrin (1995) relata que o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraná produzem, além dos fumos de secagem natural (Burley e Galpão Comum), o de estufa, de alta qualidade, das variedades ‘Amarelinho’, para fabricação de cigarros e o ‘Virgínia’, cada vez mais difundido para a composição do cigarro no Brasil e de excelente aceitação no mercado internacional. Há também pesquisas, em pequenas escalas, com outras variedades de fumo, como o Oriental (aromático).

O cultivo, segundo este autor, inicia pelo lançamento da semente num canteiro cuidadosamente preparado. Quando as mudas atingem uns 10 a 15 cm de altura, são

transplantadas para a lavoura, dando início a um ciclo que culmina com a colheita, classificação, secagem (em estufas) e comercialização da safra. Tal processo envolve inúmeros cuidados, técnicas e tratos culturais progressivamente aperfeiçoados, através da pesquisa, e, posteriormente, transmitidos aos produtores em forma de assistência técnica individual.

Seffrin (1995) ressalta que em relação aos serviços de divulgação e difusão de tecnologias geradas pelo sistema de pesquisa e os de orientação técnica aos produtores de fumo, estes vieram atrelados aos negócios de fumo que, no decorrer do tempo, gerou o Sistema Integrado de Produção, produzindo fumos comparáveis aos melhores do mundo. A origem do sistema se baseia em dois princípios: de um lado, a necessidade de os produtores serem assistidos, técnica e financeiramente, e com a garantia de poderem vender toda a produção a preços e lucros aceitáveis; de outro, a necessidade de as empresas fumageiras poderem contar com a disponibilidade de matéria-prima, nas quantidades programadas, com a qualidade desejada e a custos mais ou menos previsíveis e aceitáveis. Desta forma, a empresa financia a produção dos tipos de fumo que lhe interessam e o produtor, por sua vez, tem garantia da venda de toda sua safra, com uma estimativa do que lhe será pago.

Segundo a Souza Cruz (2000), o produtor típico é o minifundiário do Sul do país, com uma propriedade que tem, em média, 20 hectares de extensão, dos quais apenas 10% são empregados na produção do tabaco, durante cerca de quatro meses do ano. A alta produtividade e estabilidade do mercado, onde os preços mínimos são estabelecidos antes da safra, fazem desta a principal atividade econômica das pequenas propriedades espalhadas por mais de 600 municípios, nos três estados do Sul. Grande parte do interesse dos agricultores na produção vem do fato de que o fumo é, no Brasil, o único gênero agrícola que tem a venda de toda produção garantida e com preços preestabelecidos por acordo, antes da colheita.

Em geral, uma colheita rende, de acordo com a Souza Cruz, de 1,9 mil a 2,4 mil quilos de fumo por hectare. No restante da propriedade o fumicultor diversifica, produzindo outras culturas e criando animais.

Depois de semeadas, as mudas levam cerca de 60 dias para atingir o tamanho ideal para o plantio. Segundo a Souza Cruz (2000), trata-se de uma fase que requer muitos cuidados, onde o controle de pragas e doenças deve ser intensivo. O sistema *Float*, desenvolvido pela Souza Cruz, que consiste na produção de mudas em bandejas, possibilitou inúmeros avanços, como a diminuição do uso de agrotóxicos e suprimiu o uso de Brometo de Metila.

Após o plantio, o agricultor monitora o crescimento, realiza o controle de pragas e doenças, além de realizar a capação que consiste na retirada das flores para que as folhas se desenvolvam mais, com mais peso e qualidade.

Em relação à colheita, com o fumo estufa (Virgínia) esta se processa em etapas. Segundo a empresa, há um cuidadoso trabalho manual, com sucessivas apanhas, que começam das folhas inferiores e vão até as superiores, de acordo com o crescimento e maturação. As folhas de fumo galpão (Burley e Comum) amadurecem uniformemente e, na colheita, a planta é cortada de uma só vez. Após a colheita, as folhas (no fumo estufa) ou as plantas (no fumo galpão) são amarradas em varas e levadas para secar em estufas ou galpões, dependendo de seu tipo. No processo de secagem, além da perda de água e da mudança da cor (que dá ao fumo curado seu característico tom amarelado ou castanho), as folhas sofrem uma série de transformações bioquímicas. Estas transformações são essenciais para a característica de sabor específico às diferentes marcas de cigarros. Depois de curado, o fumo é armazenado em paióis, onde aguarda a comercialização. Antes de ser enviado à unidade de processamento da indústria que já se comprometeu com a compra, os produtores acondicionam o fumo em fardos, que são transportados por caminhões contratados pela empresa até os depósitos das fábricas.

Após a colheita, a maioria dos agricultores planta milho, feijão, ou adubação verde, o que contribui para o melhor aproveitamento da terra, reduzindo o ataque de pragas, prevenindo a erosão e perda de nutrientes.

Segundo a Souza Cruz (2000), a produção do tabaco está em torno de 6 milhões de toneladas, movimentando cerca de 20 bilhões de dólares. A atual líder mundial do setor é a China, sendo que o Brasil se encontra em quarto lugar. Já na área de exportação, o Brasil é o líder mundial.

### 3.6 A classificação do fumo

A produção brasileira de fumo é destinada, em parte, para o abastecimento da indústria cigarreira nacional, sendo, aproximadamente, 60% do total exportado para diversos países do mundo. Com o intuito de atender às exigências dos países importadores e satisfazer o paladar do próprio fumante brasileiro, que está exigindo, segundo Seffrin (1995), maior uniformidade dos cigarros, há um fator que se reveste de suma importância, ao se tratar da qualidade do produto: a classificação feita pelo produtor.

Até meados da década de 1960, a fumicultura brasileira adotava classificação totalmente em desacordo com as exigências do mercado comprador, requerendo, portanto, modificações nos critérios para a separação das classes. O desafio, segundo o autor, era convencer os produtores, já acostumados por mais de 20 anos a efetuarem classificação bem diferente.

Até a safra de 1964-1965, a classificação, basicamente, considerava os fatores de qualidade pela coloração. Possuía maior valor a folha de fumo que tivesse a coloração mais esbranquiçada possível e que fosse isenta de manchas e danos provocados por insetos. Na realidade, porém, a coloração esbranquiçada caracterizava um fumo colhido prematuramente, quando ainda não estava no ponto adequado de maturação. O produtor viu-se obrigado, segundo Seffrin (1995), a colher um fumo verde, para amarelá-lo de forma artificial, através de um período maior de cura na estufa, para, finalmente, secar a lâmina e o talo. Segundo tal critério, não era considerado fator de qualidade a folha mais ou menos encorpada (que é consequência de sua posição na planta). Eram, em decorrência, misturadas folhas neutras, quase isentas de nicotina, alcalóides, açúcares e outros elementos intrínsecos, com folhas apresentando grande abundância desses elementos.

A classe de maior valor, segundo este autor, era chamada *A*, de coloração amarelo-esbranquiçada, que não contivesse qualquer defeito. Inclusive, eventuais pontas escurecidas ou pequenas manchas de ferrugem branca, características do fumo maduro, tinham de ser removidas. As classes *B*, *C* e *D* caracterizavam, também, folhas claras, isentas de partes acastanhadas, mas com minúsculas diferenças de qualidade. As classes



*E*, *EE*, *F1*, *F2* e *F3* permitiam a cor castanha de forma progressivamente mais acentuada, além do verde e do farelo (fragmentos).

A partir da safra 1965-1966, passou a vigorar uma nova classificação, em vista da necessidade de separar as folhas não só pela sua coloração, mas, sobretudo, por sua localização no pé. As folhas eram separadas em baixeras, meeiras e ponteiras, classificadas, por sua vez, de acordo com a coloração, em D, E e F, ficando os demais fatores de qualidade definidos como Superior e Inferior (Seffrin,1995).

Da safra 1968-1969 até 1974-1975, verificou-se um progressivo aperfeiçoamento no processo, segundo o autor. Permaneceram os critérios das folhas mais ou menos encorpadas, de acordo com sua posição no pé, bem como sua classificação. Entretanto, em vez de dividir as folhas em Superior e Inferior, surgiu uma subdivisão em tipos 1, 2 e 3.

Novas alterações ainda se faziam necessárias e, de acordo com Seffrin (1995), num esforço conjunto de várias entidades como a AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil), o Sindicato da Indústria do Fumo no Rio Grande do Sul e Ministério da Agricultura desenvolveram muitas técnicas, para regulamentar a classificação do fumo. Várias Portarias Ministeriais foram editadas, como, por exemplo, a de nº 875, de 1975, que definiu dois grandes grupos: tabaco de estufa e tabaco de galpão, admitindo nos seus subgrupos folhas soltas ou manocadas (já em feixes). O autor cita que, no sistema vigente, é mais comum a comercialização de folhas “manocadas”. Além disso, dentro das classes, a separação é feita de acordo com a posição das folhas na planta: X, as baixeras; C, as folhas de baixo-meio-pé; B, as folhas de alto-meio pé, e T, as folhas ponteiras. Já as subclasses dividem o fumo a partir de sua coloração, destacando as folhas de cor alaranjada (O), limão (L) e castanha (R). Os tipos 1, 2, 3, por sua vez, classificam as folhas a partir de sua qualidade.

Para uma classificação, segundo o autor, seguindo os critérios de Portarias como a mencionada anteriormente, o produtor deve preocupar-se, prioritariamente, com a uniformidade da sua lavoura, evitando a mistura de pés plenamente desenvolvidos com outros que atingiram um desenvolvimento apenas parcial. Além disso, ressalta o autor, ao separar o fumo a cada estufada, o produtor já terá feito um trabalho muito importante

com a divisão das folhas, segundo sua posição na planta. A partir daí, será fácil classificá-las pela coloração. Restará, então, a classificação de acordo com a qualidade, cujo principal fator é o ponto de maturação. As folhas anormais, quanto à sua coloração, queimadas do sol ou que sofreram excesso de calor, durante o processo da cura, além de outras anormalidades, são classificadas no subtipo K.

Outras Portarias foram editadas nos anos seguintes, retificando alguns itens e aperfeiçoando outros. Em 1994, os fumos mais valorizados eram os maduros, de coloração laranja (O) e castanha (R), em detrimento dos fumos limão (L). (Seffrin, 1995). Desta forma, o fumo mais valorizado e de melhor preço atualmente é o de classificação BO1, que indica folhas na posição ‘alto-meio-pé’, de cor alaranjada e de excelente qualidade.

Para a safra de 2000/2001 foram adotadas mudanças na tabela de classes de classificação do fumo. Segundo citou Reetz (2000), há a orientação da indústria de que sejam produzidos fumos mais leves, com menor teor de nicotina, uma exigência do mercado internacional. Por conta destas modificações, que requer cuidados com a época de plantio, manejo de espaçamento das plantas, adubação, altura de capação e capacidade de cura, a indústria propôs alteração na tabela de classificação, que elevou de 48 para 90 as classes de fumo, criando uma classe intermediária entre a B e a C.

### **3.7 As entidades representativas do setor**

A primeira entidade a ser fundada foi o Sindicato da Indústria do Fumo do Estado do Rio Grande do Sul (SINDIFUMO), em 1947. Participava e ainda é muito atuante na defesa dos interesses das indústrias fumageiras, geralmente na área de negociação do preço do fumo e nos interesses das indústrias de modo geral (como nas campanhas antitabagistas e elevação de impostos, entre outros).

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fumo e Alimentação (STIFA) foi fundado em 1948. Sua atuação direciona-se à negociação de acordos coletivos de salários, acordos para a manutenção de postos de trabalho e assistência médica e odontológica. Atualmente também tem atuado com campanhas de prevenção e

intervenção na área da saúde, destacando-se os grupos para pessoas portadoras de LER/DORT, com equipe multidisciplinar, que são feitos nas dependências do sindicato, bem como o trabalho de desmistificação da doença dentro das empresas.

Outra entidade muito importante na cidade é a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), fundada em 1955. Ela atua defendendo o interesse dos produtores de fumo frente ao SINDIFUMO, negociando o melhor preço para o fumo, bem como sua classificação para a venda, além de defender os interesses do setor frente às campanhas antitabagistas. Além disso, disponibiliza, para seus associados, seguros para perda da lavoura advinda da queda de granizo, ou por incêndio nas estufas. Além disso, conta também com auxílio funeral para seus associados. Por outro lado, investe em pesquisas para produzir fumo sem agrotóxicos, já obtendo resultados positivos, e orienta os produtores através de seus técnicos (agrônomos e engenheiros florestais).

Outra entidade que defende os interesses dos produtores de fumo é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, fundado em 1962, que disponibiliza atendimento médico e odontológico a seus associados, além de comercializar os mais variados insumos agrícolas (adubos, sementes, ferramentas, fertilizantes, etc.). Atua também no encaminhamento de aposentadoria para seus associados.

### **3.8 O beneficiamento do fumo**

Os dados referentes a este processo provêm de uma entrevista com um funcionário de uma empresa beneficiadora de fumo há pelo menos 20 anos, que descreveu, com o máximo de detalhes possível, todas as etapas realizadas no mesmo. Antes do beneficiamento propriamente dito, há uma série de etapas que preparam o fumo para ser beneficiado (classificação, registro, remontação do fardo de determinada classe de fumo, por exemplo). Abaixo estão explicadas as etapas de forma mais detalhada.

Após chegar o caminhão, com os fardos de fumo, nos pátios das empresas, há uma primeira pesagem, com os fardos ainda dentro do caminhão. Em algumas empresas, há espaço para 15 caminhões estacionarem sobre as pranchas de pesagem

inicial; da mesma forma, são várias esteiras em paralelo, na continuidade do processo, cada uma recebendo fardo de um produtor diferente.

Um empregado efetivo (comprador) solicita ao produtor (ou com seu representante) uma amostra, uma manoca (um feixe de folhas amarradas) de cada classe de fumo trazido para a venda. O produtor faz uma classificação prévia e pode não concordar com a classificação feita pela indústria (que normalmente é mais rigorosa e quer sempre pagar menos), tendo de haver negociação.

Acertada a compra, o fardo do fumo segue por uma esteira, que o conduz à balança para efetuar nova pesagem do produto. No fardo está afixada uma etiqueta com código de barras que identifica o produtor (que são entregues ao agricultor pelos orientadores das empresas, que oferecem suporte técnico aos agricultores durante o ano inteiro). Neste posto estão as chamadas balanceiras, geralmente mulheres, safristas, que registram o peso e a classe do fumo comprado no computador, passando o *scanner* sobre a etiqueta que identifica o produtor. Para esta função são requeridos 2º grau e conhecimento de informática, além de algum conhecimento de inglês.

Passada a etapa das balanceiras, o fumo (agora não mais em fardos, mas em manocas) segue na esteira, se encaminhando para uma nova classificação, agora mais minuciosa, das classes, subclasses e qualidade do fumo. Pode haver cerca de 130 classificações diferentes para o fumo neste estágio. Neste posto há um classificador (que é efetivo) e várias auxiliares de classificação (safristas). Estas auxiliares também têm uma qualificação maior, por exemplo, conhecimento de inglês, 2º grau. Elas recebem treinamento e, geralmente, se mantêm no mesmo posto ao longo de várias safras. Quando termina a safra, tais auxiliares já recebem um comunicado indicando a data em que devem se reapresentar para o exame médico da safra seguinte. Outro fator salientado pelo entrevistado é o de que, neste posto, ficam mulheres muito bonitas, atraentes, que, segundo ele, servem de dissimulador para os produtores, que às vezes acabam aceitando vender seu fumo por uma classificação bastante inferior. Os produtores até presenteiam estas mulheres com vários produtos trazidos de suas propriedades.

No seguimento da esteira, há um setor chamado de “aeroporto”, onde há a remontagem do fardo. Há cerca de 130 safristas e um chefe (encarregado) efetivo. Cada funcionário se encarrega de separar 2 ou 3 classes de fumo, que são colocadas em “gaiolas” (caixas de metal). Há novamente a pesagem. Quando estas gaiolas estão cheias (cada uma com determinada classe de fumo, mas agora de vários produtores juntos), são pesadas e registradas no computador em qual local (em qual corredor) esta gaiola ficará no estoque. Ela ficará no estoque até haver a necessidade de fazer um *blend* (uma mistura de fumos de acordo com a encomenda de outra indústria de cigarro ou para exportação). A partir deste momento o fumo está pronto para ser beneficiado. O beneficiamento do fumo permite sua melhor conservação, evitando pragas e ação da umidade.

O fumo deve ser beneficiado na mesma safra em que foi comprado, para poder ser vendido. Muitos podem comprar o fumo em manocas, mas mesmo assim tem de passar pelo menos pelo processo de secagem. O fumo, após o beneficiamento, dura até dois anos.

O processo do beneficiamento do fumo inicia na mesa de alimentação, em que ficam um encarregado e 20 safristas. Nesta mesa, na verdade uma esteira, estão desenhados números (de 1 a 8); quando passa, por exemplo, o nº 1, a respectiva encarregada coloca a manoca (nº1) que vai compor o *blend*. Nesta esteira há um cilindro com várias facas que vão liberando as folhas de fumo do atilho (folha que as amarra).

Depois da mesa de alimentação, as folhas de fumo vão para um cilindro de condicionamento, no qual recebem vapor e fazem um giro de 180°. Este vapor tem a finalidade de amolecer as folhas para que possam ser manuseadas sem rompê-las. Todo o processo, a partir de então, é alimentado pelas máquinas.

Do cilindro condicionador, o fumo passa para o *picking*, que divide o processo em cerca de 34 esteiras paralelas. Fica uma safrista por esteira, sob a coordenação de um encarregado que escreve em um quadro o que cada uma deve retirar da esteira (folha mofada ou escura, capim, folha com mancha – ‘ardida’, entre outras coisas).

Do estágio do *picking*, as folhas vão para outro cilindro de condicionamento, no qual recebem novamente vapor, uma vez que precisam estar maleáveis para entrar nos 4 debulhadores, que tiram a folha do talo, fragmentam o fumo, mas, ao mesmo tempo, tentam manter as lâminas da folha e os talos no maior tamanho possível, sem quebrá-los demais.

Dos debulhadores, as lâminas (folhas) e os talos passam para os 5 separadores, que funcionam com gravidade e ar. Estas máquinas diferenciam o que já está fragmentado (sem o talo) do que está mais pesado (ainda com talo). Cada um deles segue em esteiras diferentes. Depois deste processo, vêm mais 8 estágios consecutivos e alternados entre o debulhador e o separador, até que fica só talo em uma esteira e só lâminas de fumo em outra. Nesta etapa há um encarregado e um ajudante, que supervisionam as máquinas; além disso, há as chamadas “varredeiras”, em grande quantidade, que não deixam qualquer vestígio de pó pelo chão.

Deste estágio, cada esteira vai para um secador, pois seguem processos diferentes. O secador tira a umidade do fumo. Há um encarregado em cada secador (controlando a temperatura de 16°). No caso das lâminas, elas saem do secador e sobem por uma esteira, na qual há uma balança contínua. Quando esta acusa 200 kg, a prensa cai sobre o fumo que se acumulou no tubo de prensagem, dentro de uma caixa de papelão padrão. A caixa sai com o nome de P.A. (produto acabado), passa por um túnel no qual há várias pessoas com a função de fechar suas abas. Uma máquina realiza a tarefa de “cintar” a caixa (colocar três cintos de plástico para conter a pressão que o fumo fará frente à pressão que recebeu). Muitos funcionários ficam só acompanhando o processo.

O processo feito com o talo é um pouco diferente. Após a secagem, ele segue para uma separação entre o talo longo e o talo curto (onde uma peneira - *shaker* faz com que o que é curto caia e o que é longo continue). Eles são prensados em separado. Aqui o processo é um pouco mais complicado, pois não há balança contínua; há uma balança controlada manualmente (100 kg).

Feito o embalamento, a caixa é pesada e etiquetada com o nome do comprador, tipo de fumo e que indicam sua localização no estoque (estoque de P.A.). Seguem então

para a área de resfriamento por 24h (com temperatura ambiente), não passando por nenhum outro processo. Fica na estocagem esperando o comprador ou a ordem de embarque para exportação.

Outros produtos que resultam do beneficiamento também são vendidos. Por exemplo, há os *scraps* (produto de segunda linha, mais barato e com vários tipos diferentes). Há também o *fine* (pó do fumo, que pode ser adicionado ao cigarro para compor o *blend*). Vale lembrar que o *blend* é formado, encomendado pelas indústrias que fabricam cigarros.

É importante ressaltar que o Controle de Qualidade é realizado ao longo de todo processo por empregados efetivos e o controle de qualquer problema com as máquinas é sinalizado no Quadro Geral de Baixa Tensão (QGBT). Além disso, são obrigatórios os Equipamentos Individuais de Proteção (EPI). Outro fator interessante apontado é o forte cheiro presente ao longo do processo, chegando a nausear algumas pessoas, e o pó resultante dos estágios do beneficiamento. Além disso, no início do processo, ainda na etapa de negociação das classes do fumo entre o produtor e a empresa, às vezes os produtores colocam tijolos, pedras e paus no meio dos fardos com a intenção de ganhar mais peso e, conseqüentemente, mais dinheiro com a venda do fumo.

## **CAPÍTULO 4 - A METODOLOGIA**

Este estudo, de caráter exploratório, fundamentou-se na pesquisa qualitativa, numa tentativa de compreender os fenômenos de nossa contemporaneidade, problematizando e abordando questões de nossa realidade local e promovendo a interlocução entre a teoria e as diferentes realidades sociais, fazendo, como ressalta Morin (1990), abstração teórica e experiência vivida se comunicarem, enriquecendo uma à outra a fim de abordar a complexidade da realidade social, mas sem esquecer, como aponta o autor, que não há certezas absolutas, uma vez que o conhecimento está sempre em permanente construção, sempre lançando novas versões sobre os acontecimentos.

A escolha pela metodologia qualitativa foi feita devido ao entendimento de que a relação do trabalhador com seu trabalho é permeada por elementos dinâmicos, contingentes e relacionais. Tendo em vista que o trabalho é um fato social, torna-se difícil que esta dinâmica seja apreendida por um método quantitativo, que tende a simplificar a realidade, numa conformação do objeto a um modelo.

A opção pelo método qualitativo permitiu uma maior compreensão das relações presentes no trabalho, sem reduzir as vivências singulares dos trabalhadores a um modelo homogeneizante.

São relatadas a seguir as etapas desta pesquisa.



#### **4.1 A pré-pesquisa**

Foi feita uma visita a uma empresa multinacional para conhecer de perto as etapas do processo de beneficiamento do fumo, anteriormente relatadas por um funcionário que atuou por muitos anos na safra. Esta empresa não mostrou interesse em disponibilizar dados sobre seus funcionários, indicando que seria mais fácil esperá-los na saída da fábrica e saber de seu interesse em participar da pesquisa. Frente às dificuldades encontradas também em outras empresas, foi feito contato com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Alimentação, que se disponibilizou a intermediar o contato com os trabalhadores de safra.

#### **4.2 O público-alvo**

A definição do público-alvo efetivou-se após a observação de que o setor fumageiro é um dos segmentos em que a precarização do trabalho e das condições de trabalho ocorre de forma mais violenta, tendo no trabalho de safra, a representação destas relações tão degradantes.

Os sujeitos da pesquisa foram safristas de empresas multinacionais de beneficiamento de fumo em Santa Cruz do Sul, que trabalhavam no mínimo há três safras. A escolha por pessoas que estivessem trabalhando há pelo menos três safras ocorreu devido ao desejo de investigar justamente como estes trabalhadores vivenciavam este trabalho que é previsível em sua interrupção e repetição. O período em que estas pessoas trabalham varia de três a seis meses (variando com a quantidade de fumo comercializada), mas há alguns setores que permanecem em funcionamento num período de dez meses (almoxarifado, escritório).

Participaram das entrevistas somente mulheres, totalizando 11 safristas vinculadas ao Sindicato da categoria. Eram trabalhadoras de empresas diferentes e com tempo de experiência e trajetórias de trabalho diferentes. As entrevistas foram feitas no período em que a safra estava em andamento. A escolha pelo sexo feminino não foi feita

intencionalmente, mas sim pelo fato de que somente mulheres procuraram o sindicato no período em que a entrevistadora se encontrava na instituição.

A escolaridade das entrevistadas mostrou-se bastante variada. Houve desde analfabetas funcionais (concluíram a 4ª série), até as que concluíram o ensino médio (2º grau). As funções que exerciam nas empresas também eram variadas, sem maior especialização, mas a maioria tinha conhecimento das classes do fumo, pela experiência adquirida ao longo dos anos. A caracterização mais completa das entrevistadas se encontra no tópico da coleta dos dados.

A participação na pesquisa foi voluntária e a concordância dos participantes com os termos da pesquisa foi registrado através de um Termo de Consentimento Pós-Informação (Anexo 1).

### **4.3 Coleta dos dados**

Foi feito contato com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Alimentação com o intuito de que a instituição auxiliasse no contato com safristas para a pesquisa, fornecendo os endereços para a visita nas residências dos mesmos. Pela dificuldade de manter atualizados os endereços dos filiados e por não ter muitos dados sobre a trajetória de trabalho destas pessoas (e até para preservar o sigilo dos mesmos), a direção da entidade sugeriu que se fizesse a pesquisa nas dependências da instituição, o que tornaria mais ágil a obtenção dos dados, uma vez que todos os dias muitos safristas procuravam a instituição para consultas com médicos, dentistas, para pagar suas mensalidades ou para tratar de assuntos gerais. Foi combinado então que a pesquisadora iria três vezes por semana, no turno da tarde, ao sindicato e esperaria pelos safristas que procurassem a instituição.

Os funcionários da entidade, já interados da existência da pesquisa, avisavam quando algum safrista estava na instituição. A pesquisadora aguardava junto ao setor de saúde, na sala de espera, próxima à secretária, onde as consultas eram marcadas e realizadas e que se tornava local estratégico por permitir a visualização da chegada de todas as pessoas na instituição.

A maioria das entrevistas foi feita com pessoas que tinham consulta marcada com médicos ou dentistas. Como os safristas chegavam cerca de uma hora antes de iniciar os atendimentos, para garantir as primeiras fichas distribuídas (disponibilizadas por ordem de chegada), as entrevistas puderam ser realizadas no período anterior ao do atendimento médico, tendo o cuidado para evitar a proximidade do horário da chegada do médico, o que poderia interferir na entrevista, diante da preocupação em não se atrasar para a consulta.

As entrevistas foram realizadas individualmente, em uma sala disponibilizada pelo sindicato, sendo gravadas. Foram informados os objetivos da pesquisa e também foi esclarecido que a pesquisa não estava vinculada ao sindicato, apesar do mesmo estar colaborando para sua realização, a fim de evitar alguma interferência nas entrevistas. O roteiro das entrevistas encontra-se em anexo (Anexo 2).

Foram realizadas ao todo onze entrevistas, com safristas do sexo feminino, vinculadas ao sindicato. A escolha pelo sexo feminino, como já foi referido, não foi intencional, ocorrendo devido ao fato de que somente mulheres procuraram o sindicato (e os serviços médicos) no período em que a entrevistadora estava na instituição. Foram realizadas cerca de duas entrevistas por dia, embora houve dias em que nenhum safrista compareceu ao sindicato.

Segue abaixo o perfil das onze entrevistadas, que tiveram seus nomes alterados, bem como das quatro empresas em que trabalhavam, para preservar o sigilo, mantendo as demais características. São citados a escolaridade, a idade, a função, empresa e o tempo de experiência na safra.

- Joana – ensino médio completo (2º grau), 38 anos, conferente de estoque, empresa B, 14 safras;
- Rosélia – ensino fundamental completo (1º grau), 40 anos, *picking*, empresa C, 3 safras e duas experiências de efetiva ( 17 anos em uma e 8 anos em outra);
- Susana – analfabeta funcional (4ª série), 50 anos, sortideira revisora, empresa B, 20 safras;

- Eduarda – ensino médio incompleto, 22 anos, conferente de estoque, empresa D, 3 safras;
- Sílvia – analfabeta funcional, 47 anos, mesa de alimentação, empresa A, 5 safras;
- Luiza – ensino fundamental completo, 36 anos, almoxarifado (fica só um mês parada), empresa D, 4 safras;
- Paula – ensino médio completo, 29 anos, *picking*, empresa C, 3 safras;
- Isabel – ensino médio incompleto, 47 anos, *picking*, empresa C, 15 safras;
- Laura – ensino médio incompleto, 37 anos, *picking*, empresa A, 20 safras;
- Míriam – analfabeta funcional, 48 anos, sortideira de manoca, D, 29 safras;
- Simone – ensino médio incompleto, 33 anos, *picking*, empresa A, 9 safras.

É importante realizar uma breve caracterização também das empresas (todas multinacionais) e das funções das entrevistadas. A empresa A, por exemplo, foi a pioneira na automação do processo de beneficiamento do fumo e, no período de safra, mantém em torno de 1.500 funcionários temporários. A empresa B, por sua vez, emprega cerca de 1.000 funcionários no período da safra, tendo inaugurado recentemente, uma nova linha de produção. Já a empresa C, que mantém unidades de beneficiamento em duas cidades da região, contrata na safra cerca de 1.500 funcionários. A empresa D também possui usinas de beneficiamento em duas cidades da região, disponibilizando na safra aproximadamente 1.500 postos de trabalho.

Em relação às funções das entrevistadas, as safristas que se encontram no *picking* são responsáveis por retirar materiais estranhos que vêm junto com o fumo, ou as classes que estão fora do padrão pedido (queimadas, verdes, etc.). As sortideiras também realizam a função dos *picking*, mas retiram as classes que não estão previstas para compor o *blend*, sendo que umas retiram o fumo já picado e outras retiram-no em manocas (o fumo ainda inteiro). As safristas que estão nas funções de sortideira e nos *picking* são as que têm maior conhecimento em relação ao fumo. Já as que trabalham na mesa de alimentação são responsáveis por colocar determinado tipo de classe de fumo (em manocas) sobre a esteira. O trabalho no almoxarifado consiste em entregar peças e outros materiais aos trabalhadores dos diferentes setores da empresa.

#### 4.4 Análise dos dados

O tratamento do material de pesquisa constituiu em levantar algumas categorias de análise, através da análise de conteúdo, conforme Bardin (1979), que ilustrassem as informações mais significativas presentes nas entrevistas e suas relações com o aporte teórico.

A condição do safrista e do próprio trabalho da safra são dimensões tão ricas, com tantas possibilidades de interpretações, que se torna difícil abordar a todas nuances e categorias presentes nas entrevistas de forma aprofundada. Muitas questões que foram trazidas nas entrevistas serão apenas mencionadas, pela sua importância, mas não serão alvos de uma análise maior pela limitação do objetivo deste trabalho. Nos casos em que forem feitas citações de comentários das participantes, será mantida a forma como foram faladas pelas entrevistadas.

Foram utilizadas como categorias de análise as seguintes dimensões:

- Motivações para ingresso na safra.
- Vantagens e desvantagens do trabalho na safra.
- Vivência do trabalho de poucos meses.
- O processo de subjetivação que perpassa os safristas.
- Atividades desempenhadas na entressafra.
- Precarização das condições de trabalho.
- Sofrimento psíquico dos trabalhadores.
- Estratégias defensivas dos trabalhadores.

## **CAPÍTULO 5 – SUBJETIVANDO-SE NA ESPERA: A VIVÊNCIA DO TEMPO DA SAFRA E DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO PELOS SAFRISTAS**

Este capítulo busca compreender como este tempo do trabalho de safra, de poucos meses, e as condições de precarização presentes no trabalho são vivenciadas pelos safristas, bem como estas dimensões repercutem no processo de subjetivação destes trabalhadores.

Focalizando a atenção nas falas dos sujeitos pesquisados, será abordada a vivência do cotidiano do trabalho e do período em que se encontram fora da safra, destacando as fontes de sofrimento e as estratégias de defesa contra tal mobilização psíquica.

Antes de focalizar as entrevistas propriamente ditas, é importante salientar que abordar a questão da safra denuncia, mesmo que indiretamente, várias problemáticas sociais a ela associadas, como a falta de políticas públicas no que diz respeito à geração de renda e de empregos, a crescente desigualdade social e a falta (ou um número insuficiente) de vagas em creches municipais para que as safristas possam trabalhar sem preocupação, queixa muito presente entre as entrevistadas. Da mesma forma, observa-se a necessidade da retomada do desenvolvimento econômico do município, com a diversificação do mercado de trabalho na região, permitindo que este contingente populacional que se encontra em situação de vulnerabilidade social possa ser aproveitado em outros setores produtivos.

As indústrias fumageiras da cidade sempre receberam incentivos fiscais nos âmbitos municipal e estadual, no intuito de que estas ampliassem suas usinas de processamento de fumo e para evitar que as mesmas mudassem para outros estados. Da mesma forma, buscava-se com isto eliminar os riscos de demissões em massa ou de redução brusca de postos de trabalho. Muitos investimentos públicos foram feitos na expectativa da abertura de novas vagas nas indústrias, tanto na safra, quanto em caráter efetivo. Entretanto, esta expectativa não se confirmou.

Na década de 90, uma empresa multinacional inaugurou, em Santa Cruz do Sul, a maior e mais moderna unidade de processamento de fumo, totalmente automatizada, prometendo a contratação de 1.500 novos empregos efetivos. Entretanto, segundo dados da Comissão Municipal de Emprego, a empresas mantém atualmente cerca de uma centena de empregados no período de entressafra.

Os reflexos da automação nas empresas de fumo foram imediatos sobre a população safrista, uma vez que ocasionou aceleração do ritmo do trabalho e diminuição do período de safra (pelo beneficiamento mais rápido do fumo), sem o aumento no número de vagas de trabalho, lançando-os novamente ao desemprego.

A partir deste panorama, pode-se entender melhor o contexto em que as queixas das entrevistadas se inserem e como o processo de subjetivação é permeado pela desfiliação e instabilidade.

Entre as entrevistadas, foram encontradas trajetórias de trabalho bem diferentes. Há, por exemplo, mulheres que vêm trabalhando na mesma empresa há várias safras. Outras trabalharam além da safra, em outras empresas (alimentação, confecção) na região e em outras cidades. Algumas ficaram alguns anos sem trabalhar na safra, período em que estavam grávidas.

Percebe-se também que as entrevistas realizadas com safristas de mais idade, ou que estão há muitos anos na safra, sugerem um empobrecimento simbólico destas mulheres produzido nesta trajetória de muitos anos no trabalho de safra com o fumo, em que as tarefas repetitivas e cada vez mais desqualificadas, aliadas ao forte controle disciplinar praticado nas empresas, engendram trabalhadores alienados, submissos (o

“homem boi” de Taylor) e fortemente identificados ao discurso das empresas, como aborda Pagès e col. (1987). Estas mulheres desejam um emprego efetivo, mas se acomodam com a situação de trabalharem na safra, por não apresentarem na maioria das vezes um nível de escolarização que as permita competir em seleções para melhores postos de trabalho. A faixa etária em que se encontram também aparece como mais um obstáculo para o ingresso em outras atividades, conforme relato de algumas safristas.

Já entre as safristas mais jovens e que estão trabalhando há poucas safras há uma crítica maior sobre as condições e organização do trabalho, enfatizando o caráter provisório que este trabalho ocupa em suas trajetórias laborais e ressaltando o desejo e a busca permanente pelo emprego efetivo, embora, mesmo mais qualificadas, dificilmente o encontrem.

É importante considerar que as mulheres que trabalham na safra há muito tempo são de origem alemã, cuja educação é baseada em princípios bastante rígidos. Desta forma, o empobrecimento simbólico que observamos pode ser na verdade uma economia simbólica (quanto menos pensarem, menor o sofrimento e a frustração), quase um embotamento afetivo, influenciado por estes fatores culturais. Percebe-se esta questão na dificuldade que algumas mulheres têm de expor sua opinião, de fazerem uma análise sobre o trabalho que executam, que evidencia uma certa rigidez. Este processo pode ser percebido na fala de Isabel, preocupada apenas em cumprir suas tarefas, que trabalha há 15 anos na safra:

Sabe, eu não tenho muita coisa que eu posso declarar, porque eu tinha só um lugar e só saía daquele lugar na hora da refeição, né.

A safra também apresenta uma importante questão de gênero, que ultrapassa os limites e o objetivo deste estudo, mas que é importante ser citada, onde a maioria dos trabalhadores é mulher e estas ficam com as atividades mais desqualificadas, repetitivas e que necessitam de habilidade manual e delicadeza (no manuseio das folhas de fumo), culturalmente atribuída ao sexo feminino. Já os homens ficam com as chefias e funções mais pesadas (e a maioria que fica após a safra, na chamada “safra seca”, é homem). Além disso, as mulheres jovens ficam com as funções mais valorizadas, como no recebimento do fumo, enquanto as mais velhas vão para a linha de produção. É a



conhecida exploração da força de trabalho feminina, que histórica e socialmente foi construída sob o signo da submissão, docilidade e desvalorização social e econômica, como comenta Paula, há 3 safras:

A maioria é mulher, no meu setor são 30 mulheres, a maioria é tudo mulher, na destala é tudo mulher, só os encarregados que... coisa pesada, aí é homem, né, mas assim, a maioria dos funcionários é mulher.

O trabalho de safra possibilita que as mulheres possam aliar o trabalho ao cuidado dos filhos, pela organização do trabalho em turnos e pela existência do terceiro turno (de 22h às 5h). Muitas não têm com quem deixar os filhos durante o dia e como não é fácil obter uma vaga nas creches do município, acabam deixando os filhos com seus companheiros ou com alguém da família para trabalharem durante a madrugada. Algumas necessitam pagar alguém que cuide das crianças quando não conseguem o terceiro turno. Tal situação é comentada por Simone, da empresa A, que trabalha há 9 safras:

(...) eu só posso trabalhar de noite, né, porque de dia eu não posso, porque eu tenho nenê pequeno, né, eu tenho mais, eu tenho quatro filhos, né, aí eu achei melhor trabalhar na safra de noite, né, aí eu trabalhava de noite e de dia eu cuidava deles, né, aí eu achei melhor assim.

### **5.1 Motivação para o ingresso na safra**

O trabalho na safra de fumo não se constitui em um desejo, em um ideal para este grupo de trabalhadoras. É antes disso, na maioria das vezes, uma das únicas opções frente à falta de colocação no mercado de trabalho, uma vez que o ideal do emprego pleno, efetivo, valorizado, com uma suposta estabilidade, mas em declínio, está cada vez mais difícil. Há muitos anos, a grande concentração de número de vagas, mesmo que temporárias, são encontradas na safra de fumo.

A fala de Joana, da empresa B, há 14 anos na safra, situa bem esta questão da contingência da safra, em que a maioria das pessoas da cidade e da região tem de se submeter à safra como a forma mais previsível de inserção no mercado de trabalho. É a escolha por esta modalidade de trabalho pela falta do emprego fixo:

É que aqui em Santa Cruz não diz muito assim a motivação a trabalhar na safra. Assim, vagas de efetivos são poucas, são restritas ainda, não tem uma..., de repente, se tivesse, se surgisse um emprego efetivo, mas é ... aquilo ali, tipo assim, tu sabes que aquele emprego tu tens todo o ano, uma coisa certa.

Este tipo de trabalho é visto como uma experiência provisória, por necessidade, sendo perpassado por uma falta de identificação frente ao modelo desejado de trabalho. Não se trabalha na safra por escolha, mas por imposição do mercado de trabalho, dentro da lógica do capital. Mesmo durante a safra se mantém a esperança de encontrar um emprego efetivo, como coloca Eduarda, da empresa D, há 3 safras:

Não foi por vontade, por querer, né, não... por necessidade mesmo, não consegui outro emprego. (...) Então eu tive de optar mesmo pela safra... mas desde o início, desde o primeiro dia que eu comecei trabalhando, até hoje, ainda não deixo de olhar o jornal, procurar sempre para ver se consigo um novo emprego.

Da mesma forma, o relato de Paula, da empresa C, trabalhando há 3 safras, ratifica a condição provisória desta modalidade de trabalho, que garante uma remuneração a mais para a família, e o desejo pelo emprego efetivo:

É como eu te falei, pra mim... é o único meio que eu tenho de ganhar dinheiro pelo menos neste período, né, já que eu não consegui nenhum emprego fixo, mas assim no caso que eu conseguir alguma coisa, eu já não volto mais...

A safra é vista também como uma forma de complementação de renda para a família, pelas dificuldades financeiras que vivenciam, principalmente após a

aposentadoria, devido à queda do padrão de vida (com a redução dos rendimentos) e frente à falta de perspectiva de reingresso no mercado de trabalho, dificultado pela idade em que se encontram. É a situação que expõe Rosélia, da empresa C, trabalhando há 3 safras, mas com longa experiência como efetiva em outras empresas:

A dificuldade, a dificuldade financeira mesmo. A gente precisa muito como eu te disse complementar a aposentadoria. Hoje não chega mais, as coisas cada vez mais estão aumentando e o ordenado diminuindo. Então a gente tem de tentar pelo menos alguns meses por ano aumentar um pouquinho o rendimento familiar.

Esta modalidade de trabalho também é comparada a um vício, funcionando com um mecanismo muito particular, uma vez que mesmo quando algumas mulheres estão num emprego fixo, com carteira assinada, em condições supostamente melhores de trabalho, pedem para sair para poderem ingressar na safra, como expõe Laura, trabalhando na empresa A há 20 safras:

A única coisa é que a gente acostuma a trabalhar com a safra, chegou janeiro, que a gente vê que a empresa A tá chamando o pessoal, a gente pode estar trabalhando em outro lugar, parece que aquilo puxa, as companhias, as colegas, né e eu acho que é um vício, se torna um vício porque tu vê... 20 safras, né, eu já trabalhei em firma efetiva, (...), serviço bom, serviço limpo, né, mas chegou o tempo de ir para a empresa A, pedia para sair para ir para lá, é incrível, não sei.

Este relato sugere que muitas safrististas acabam se estruturando subjetivamente nesta temporalidade, através da vivência da sazonalidade, pelas repetidas experiências que viveram e se adaptaram (e se submeteram), mesmo que contrarie seu desejo pelo emprego efetivo. É como se não suportassem um emprego de tempo contínuo, que não prevê um tempo maior de descanso, ou talvez se cansem da rotina do trabalho, das condições de trabalho também difíceis (ou ainda piores), ou também se frustrem com o salário mais baixo do que é pago pelas fumageiras. Submetem-se às condições

degradantes da safra possivelmente porque sabem que é por tempo delimitado. Além disso, o vínculo com as indústrias de fumo, mesmo que provisória, é cercada de certo *status*.

Mesmo que o termo que utilizem seja o “estar acostumada”, esta questão sugere o quanto estas safristas subjetivam-se nesta normatização, na disciplinarização às regras das empresas, bem como valorizam a inserção em uma empresa multinacional, talvez na esperança de que possam ser promovidas a uma função efetiva dentro da empresa, ou de serem mais valorizadas, terem ser trabalho e sua experiência reconhecida. Na mesma lógica se insere a questão de querer encontrar as colegas, como se ali, no coletivo, encontram a valorização e o reconhecimento da experiência que não recebem das empresas. Esta busca por companhia das colegas também denuncia uma fuga do ambiente doméstico, cuja rotina contribui para que sintomas depressivos apareçam com mais força, conforme relato de algumas mulheres.

Há também um comportamento típico entre muitas safristas do fumo de fazer o que chamam de “rodízio” de safras, na medida em que saem de uma empresa fumageira e entram em outra do mesmo setor ou em empresas de outros segmentos (alimentação, metalurgia) que também adotaram o sistema de safra, contratando funcionários temporários para os períodos de maior demanda de trabalho. Nestas situações também executam tarefas repetitivas e desqualificadas, mas torna-se a única forma de manterem uma inscrição social, além do sustento da família.

A possibilidade de vinculação ao Sindicato também é citada como importante motivador para o ingresso e, principalmente, para a continuidade do trabalho na safra, uma vez que trabalhando no setor fumageiro, podem fazer uso de vários serviços oferecidos pela entidade. Pagando uma mensalidade simbólica por mês, podem fazer uso de serviços médicos (inclusive com especialistas como neurologistas e cardiologistas, por exemplo) e odontológicos, além dos convênios com fonoaudiólogos, fisioterapeutas e psicólogos. O Sindicato também oportuniza cursos de informática e de inglês com preços especiais a seus associados. Frente ao panorama dos atendimentos feitos na rede de saúde pública, estes serviços oferecidos pela instituição, bem como a forma em que são disponibilizados, são realmente muito valorizados pelos safristas. Laura, da empresa A, é uma das que comenta esta questão:

Bom, uma coisa que me segura na safra é isso aqui, o sindicato. Porque são ótimos médicos, o atendimento aqui é ótimo, né, então, se eu deixar de trabalhar na safra, eu já perco o sindicato, né. (...) É, uma coisa que me segura muito é o sindicato. Porque eu penso... tem dentista, tem médico, eu também não preciso entrar em fila, eu marco por telefone, né, a criança adoeceu de noite, se eu chegar de manhã, ela tá doente, eu ligo para cá eles atendem, sabe, não precisa estar entrando em fila, tem gente que tem de amanhecer na fila... Então o que me segura ainda na safra é o sindicato.

Parece haver mais do que uma motivação para a safra, um assujeitamento ao trabalho na safra, pela falta de oportunidades melhores de trabalho. Muitas relatam que não há prazer em ir trabalhar, que ficam contando os dias para este acabar. Para algumas trabalhadoras, não se *é* safrista, mas se *está* safrista, não existindo uma identificação, um desejo por esta atividade específica, como aponta a fala de Paula, há 3 safras:

Acaba tendo que se sujeitar (...) se alguém me pergunta agora o que tu é, eu sou safrista, mas isso não é o ideal para mim, né, eu gostaria de ser outra coisa.

## 5.2 Vantagens e desvantagens do trabalho de safra

A característica mais significativa que aparece nas falas das safrististas, a respeito da vantagem da safra, é a sua previsibilidade. É uma atividade que existe há cada novo ano, acompanhando a sazonalidade do fumo, havendo a possibilidade da volta ao trabalho. É o que Eduarda, há 3 safras, da empresa D, resume:

(...) da safra a vantagem que eu vejo é que ela sempre tem, todo ano, a safra.

A possibilidade do retorno para o ano seguinte é manifesta no final de cada safra, quando os trabalhadores recebem uma carta que marca, ou não, o período de exame médico para o próximo ano. É um momento sinalizado pela apreensão e ansiedade, uma vez que mesmo o agendamento do exame não é garantia de que efetivamente sejam contratados pelas empresas. A espera e a incerteza acompanham os safristas em todos os momentos, trazendo sofrimento.

Joana também ressalta a importância da possibilidade da volta na próxima safra (na lógica da responsabilidade individual por este retorno), já que um emprego fixo é cada vez mais difícil:

Uma das vantagens é que todo o ano tu sabe que tu vai voltar para lá, quando tu sair, no final da safra, tu ganha ou não um retorno, depende do teu desenvolvimento, de como tu trabalhou, como é que foi (...)

A lógica da responsabilidade individual está muito presente nas indústrias de fumo, no que diz respeito ao desempenho nas tarefas, nos cuidados com a segurança e, como foi exposto na fala anterior, na possibilidade e efetivação do retorno na próxima safra. É através deste discurso que os trabalhadores são capturados e passam a ser explorados, cumprindo o que lhes é solicitado sem questionamentos, contribuindo indiretamente para a redução dos custos e para o aumento da produtividade.

A questão financeira também pesa bastante na motivação para a safra, pelo dinheiro que recebem na época da rescisão do contrato. Parece até paradoxal, uma vez que ingressam na safra pensando que a vantagem é a saída, que o final do contrato é que traz alguma vantagem. A safra também as possibilita entrar no mercado de consumo. É a situação trazida por Susana, da empresa B, há 20 safras:

Bom, a única vantagem que tem, é que a gente trabalha aqueles meses e depois a gente recebe a saída, um dinherinho bom que a gente pega, dá para se organizar um pouquinho.

Já em relação às desvantagens, são as questões da interrupção previsível, do período em que permanecerão desempregadas, ou em outras atividades desqualificadas, que aparecem de forma mais significativa. As condições de trabalho precarizadas, o ambiente e a organização do trabalho que vivenciam são pouco mencionadas entre as características desvantajosas do trabalho na safra.

Neste sentido, o relato de Eduarda, há 3 safras, é esclarecedor quanto à característica da provisoriedade e da instabilidade provocada por esta modalidade de trabalho que tem a marca do efêmero sempre presente:

(...) é uma situação horrível, porque daí tu tá numa coisa, amanhã tu tá lá trabalhando e tu já tá sabendo que tu não vai ficar, que tu vai batalhar para tu conseguir outra coisa para trabalhar, porque em casa parada não dá, é uma situação horrível. (...) porque eu sei que eu não vou ficar ali, que vai ser só aquilo ali, tanto que desde o primeiro dia que eu comecei, até agora que eu ainda continuo lá para mim é uma coisa provisória, eu sei que é provisória, porque a renova de contrato é assim... o primeiro mês, depois tu tens mais dois meses e pouco, vai renovando aos poucos. Não é um contrato que tu renova do começo da safra até o final, não, tu podes sair bem antes de terminar a safra.

Outra desvantagem é a falta de direitos trabalhistas integrais decorrentes da existência de um contrato temporário de trabalho, que prevê poucos direitos aos trabalhadores. Muitos direitos são adquiridos através de acordos coletivos entre o sindicato da categoria e as empresas, mas os avanços ainda são lentos. Todas manifestam o desejo de poder gozar de férias (integrais) remuneradas, de receber o 13º salário também de forma integral e ter direito ao seguro desemprego quando acaba o contrato. É a queixa que aparece de forma importante entre as safrististas, como refere Joana, há 14 safras:

(...) Tu não tem direito a seguro desemprego, não tem nada, tu saindo de lá, saiu, né. Não tem direito aos 40% do fundo de

garantia, além de não ter férias, 13º, como nos empregos fixos, né,(...) isso é ruim.

### **5.3 Vivência do trabalho de poucos meses**

A vivência da temporalidade típica deste trabalho sazonal, que, em média, dura cinco a seis meses (embora há as funções que ficam mais tempo, como as de escritório e almoxarifado) traz a marca da frustração, da dificuldade em lidar com a situação, principalmente porque a duração deste emprego vem diminuindo pela automação do processo de trabalho. Da mesma forma, esta extensão maior ou menor da safra não depende também de terem um bom desempenho durante o trabalho (embora esta seja a lógica que perpassa o discurso das empresas), mas sim da quantidade produzida e comercializada de fumo, como menciona Joana, da empresa B, há 14 safras:

É difícil, porque neste período que tu estás parada dependendo da extensão da safra... Porque tem safras que vão sete meses, oito meses, tem safra que vai menos... Depende muito da quantidade de fumo, depende muito do serviço, de quando até quando vai, mas normalmente vão seis, sete meses.

A impotência diante de um tempo de trabalho que não depende mais só delas, principalmente após a automação do processo, em que muitas etapas do beneficiamento deixaram de ser feitas manualmente, e a acomodação ou passividade utilizadas possivelmente como mecanismo de defesa contra tal situação é comentada por Sílvia, da empresa A, há 5 safras:

Ah, é ruim porque eu gostaria de trabalhar o ano todo, né, se não tem, fazer o que, né.

### **5.4 O processo de subjetivação que perpassa os safristas**



O trabalho em safra de fumo tem a marca da precarização já em seus primórdios, tanto pelas condições de trabalho que oferecem aos funcionários quanto pela sazonalidade que o perpassa. Desta forma, este trabalho é imbricado pela precarização e temporalidade (sazonalidade, interrupção e repetição) que produzem efeitos psíquicos nestes trabalhadores, agindo em seus processos de subjetivação.

O desejo pelo emprego pleno, efetivo se faz presente nas entrevistas de forma muito expressiva, mas como a existência de um emprego nestes moldes está muito difícil, muitas das safristas acabam se organizando neste tempo de espera pela safra, no intervalo de uma safra para outra.

O processo de subjetivação que engendra estas trabalhadoras se dá neste atravessamento do tempo, neste intervalo, nesta suspensão do tempo, ao mesmo que a precarização das condições de trabalho também age, produzindo sujeitos normalizados, serializados. É um vazio, um estranhamento e um sofrimento que Sílvia expressa em sua fala:

Ah, é chato, é ruim, a gente estranha, a gente acha falta e faz falta, tem necessidade também, mas fazer o que, né, tem de se controlar, se contentar, até esperar vir de novo.

É uma espera que subjetiva, tanto a espera por uma nova safra, quanto a espera por um idealizado e ilusório modelo do emprego pleno, dominante e valorizado na lógica do capital. A inscrição social destas safristas é perpassada pela negativa do emprego efetivo, permeada pela vulnerabilidade mesmo quando em época de safra, pela fragilidade, pelo caráter provisório, desqualificado, que caracteriza o trabalho que desempenham e ao qual se assujeitam. Além disso, estes sujeitos passam pelo processo de desfiliação a cada nova safra.

Dentro da hierarquização dos modos de trabalhar no regime capitalista, o trabalho safrista assume uma posição desqualificada frente à dominância e a centralidade da forma do emprego pleno, considerada como padrão. Entretanto, isto não significa que o trabalho de safra rompa com a lógica do capital.

A inscrição social destes trabalhadores, desta forma, é marcada pela provisoriedade, pela fragilidade, sendo constituída nesta dobra, que conjuga o trabalho e o tempo, marcada pela desfiliação, pela negativa de um lugar social reconhecido e valorizado no mercado de trabalho. Partindo do pressuposto de que o trabalho constitui-se como importante forma de inscrição social, esta condição é negada a estes sujeitos. É como diz Simone, da empresa A, há 9 safras:

(...) é muito difícil assim, aí logo depois que a gente para o serviço tem de esperar até o próximo para as fumageiras te chamarem a gente, e se a gente for chamado(...)

Tal situação de instabilidade e fragilidade é fonte de sofrimento psíquico e que Eduarda, da empresa D, há 3 safras traz presente em sua fala:

Ai, é uma situação horrível, porque daí tu tá numa coisa, amanhã tu tá lá trabalhando e tu já tá sabendo que tu não vai ficar, que tu vai batalhar para tu conseguir outra coisa para trabalhar, porque em casa parada não dá, é uma situação horrível.

A fala de Susana, da empresa B, há 20 safras, é bastante significativa no sentido de situar esta espera pelo trabalho e o “gostar de ficar”, que situa o desejo do trabalho efetivo. Além disso, traz a função reparadora do descanso (mesmo que necessitem do dinheiro) após exercerem um trabalho tão desgastante e exaustivo, tanto no aspecto físico quanto psíquico.

Ah, eu gosto porque a gente gosta de voltar a trabalhar, daí a gente se sente bem que a gente passa aquele tempo lá trabalhando... depois a gente gosta de ficar, se a gente pode ficar em casa, né, ficar em casa, olhar uma coisa diferente, a gente gosta de ficar...fazer aquilo que a gente não fez porque tava trabalhando.

A dimensão de “estar acostumada a”, muito utilizada entre as safrististas, aparece novamente em relação à vivência do tempo da safra, sugerindo que a subjetivação

destas trabalhadoras é atravessada pela submissão e conformação às normas, disciplina e controle das empresas (muitas vezes apresentadas de forma dissimulada) e a passividade frente a uma situação que foge de seu controle, possivelmente utilizando a questão do costume até como uma defesa frente uma situação tão degradante. Susana, mencionada acima, traz esta caracterização para explicar sua vivência de trabalhar alguns meses por ano:

Olha, eu acho que não muda muito assim, porque a gente já tá acostumada com esse ritmo assim de trabalhar aqueles meses e depois ficar em casa, fazer os afazeres da casa.(...) eu acho que eu acostumei, não noto muita diferença, mas seria bom trabalhar mais assim.

### **5.5 Atividades desempenhadas na entressafra**

É interessante observar que a maioria das safristas desempenha, no período posterior à safra, atividades igualmente caracterizadas por condições de trabalho degradantes, precarizadas e em caráter parcial, pela já referida falta de empregos efetivos. A baixa escolaridade também as “*invalida*” (Castel, 1999, p.519) de muitas oportunidades de empregos, reforçando o processo de desfiliação que as perpassa.

É o período em que as trabalhadoras têm de lidar com esta lacuna deixada pela interrupção da safra e tentam se inserir de alguma forma no mercado de trabalho, nem que de uma maneira informal, pautada pela desregulamentação, para fugirem do desemprego, para auxiliarem no sustento da família e para não serem vistos como vagabundos, inúteis e desocupados. Joana, da empresa B, há 14 safras, situa o posicionamento de muitas safristas, enquanto esperam a nova safra:

Olha tu vais para “bico”, como se diz, se virar, né, até vir a safra de novo, não é fácil. Bom, tu ficas assim... às vezes tu trabalhas com vendas, eu faço tricô, faço crochê, trabalhos de ponto de cruz, estas coisas, coisas que surgem, né... De efetivo assim, é difícil.

A fala de Rosélia, que tem experiência como efetiva e está há 3 safras na empresa C, é muito ilustrativa das situações encontradas nas oportunidades de trabalho, os “bicos”, pelas safristas no período da entressafra. São atividades igualmente desqualificadas, em condições precárias e exaustivas, marcadas pela instabilidade:

Nestes dois anos eu tava trabalhando no Clube (...), eu tava tipo como diz assim “bico”, fazendo nas festas do Clube, nos casamentos, bailes, eventos, eu ajudava na salada. O que mandava fazer eu fazia, mas só nas sextas-feiras, nos sábados, nas quartas que tinham jantadas importantes. Não era fixo, quando a Noeli precisava, ela me chamava. Então durante dois anos eu fiquei com ela lá, mas assim, não era nada certo, era tipo quatro, três vezes por mês, ia lá, ganhava 30 reais e vinha para casa. Fazia o serviço e... Trabalhava direto 13, 14 horas. Começava às 11, meio dia e ia até...(..)

As atividades desvalorizadas, empobrecidas e repetitivas também acompanham muitas das safristas no período de entressafra, como no exemplo de Isabel, da empresa C, trabalhando há 20 safras, cuja atividade em uma indústria de biscoitos da região restringia-se a fechar pacotes de bolacha.

Há também as que ficam em casa, como Paula, ou as que trabalham com faxina, como Miriam e Luiza, que também acabam se envolvendo com tarefas exaustivas e sem reconhecimento social, como é o caso do trabalho doméstico e que a maioria delas tem de dar conta mesmo estando na safra. São tarefas que social e historicamente foram atribuídas às mulheres e que acabam sendo vistas culturalmente como naturais, sem nenhum questionamento.

Da mesma forma que há trabalhadoras que buscam alguma atividade enquanto não recomeça outra safra, há outras que, pelo desejo de conseguir um emprego fixo ser tão forte e por terem mais qualificação, além de serem mais jovens e por não terem sido capturadas ainda pelo discurso das empresas, não descansam até achar algo melhor,

como Eduarda, da empresa D, há 3 safras, que situa sua experiência na safra como provisória:

Eu fico correndo, procurando emprego, até conseguir alguma coisa, não fico parada, não fico esperando até a próxima safra.

A vivência da provisoriedade, a condição de interino aparece como dominante na trajetória das safristas, em que se intercalam períodos de inclusão com outros de exclusão, embora esta inclusão seja muito frágil, parcial, sem se efetivar de fato. Estas mulheres ingressam na safra com a expectativa de permanecerem pelo menos por seis meses nas empresas; entretanto, com a automação do processo, o ritmo de produção é intenso e elas acabam por trabalhar apenas dois ou três meses.

## **5.6 Precarização das condições de trabalho**

São muitas as situações presentes no trabalho de safra de fumo que indicam a existência de condições degradantes de trabalho. Embora esta discussão seja feita na atualidade, o trabalho da safra mostra que práticas precarizantes de trabalho existem já muito tempo. Tal situação evidencia-se principalmente através da organização, ambiente e processo de trabalho.

### **5.6.1 A organização e ambiente do trabalho**

Os indícios da precarização das condições de trabalho na safra já aparecem na questão do treinamento, ou melhor, da falta deste. Os ensinamentos iniciais são dados, ou não, dependendo da empresa em que o safrista está. Na empresa A, por exemplo, como relata Simone, o conhecimento sobre as tarefas já é uma espécie de pré-requisito para o ingresso na empresa:

(...) eu já tinha experiência, porque lá na A eles não ensinam, já tem que ir sabendo, né, fazer as coisas, né, eles não tem ninguém para te ensinar a fazer.

A aprendizagem ocorre na prática, numa internalização do discurso presente nas empresas, como parte dos dispositivos disciplinares, de que tudo depende da responsabilidade e vontade individual, sendo o treinamento também responsabilidade deles, de seu interesse pelo trabalho, quase como uma responsabilidade moral, como aponta Susana, da empresa B, há 20 anos na safra:

Não, eu fui aprendendo trabalhando com o fumo, a gente vai assim se atualizando e vai cada vez melhorando mais (...) Não, não, isso daí depende muito da boa vontade da gente, né, que a gente queira, né...

Esta aprendizagem na prática indica que as condições de trabalho já no ingresso são fragilizadas, gerando instabilidade nas safristas, que têm de desenvolver suas atividades sem saber se estas estão corretas e se seguem os padrões de qualidade exigidos pela empresa; entretanto, as empresas se omitem desta função. As funcionárias se deparam com a situação de que não há uma referência que oriente suas atividades e acabam desenvolvendo um parâmetro a partir da solidariedade entre os colegas de trabalho, como aponta Paula, da empresa C, há 3 safras:

(...) porque tu entra lá daí isso eu até acho uma falha um pouco, né, porque eles deviam te... antes de tu entrar, te mostrar os tipos de fumo que têm, as classes, né, e o que tu tem de tirar, como eu vou te dizer, a cor no caso, né, porque às vezes tem de tirar verde, amarelo, branco, às vezes é mais que uma classe que tu tem que tirar, e daí para quem nunca trabalhou, olha que é difícil (risos), tem de te virar, pedir a opinião dos colegas, que às vezes eles passam os auxiliares e eles não vêm conferir, te mostrar isso ali é da cor, daí tu tem que adivinhar qual que é, né, acho que isso é uma falha, a gente colocou para a firma, né, o problema é que eles não têm tempo.

Estas redes de solidariedade, entretanto, não se fazem sempre presentes. O medo da demissão, ou da perda do lugar reconhecido (e às vezes efetivo) na empresa faz com que muitos empregados (safristas ou não) se neguem a compartilhar informações a

respeito do processo do trabalho e, mais especificamente, sobre as especificidades do fumo. Esta atitude, na realidade, funciona como uma defesa frente à observação (e à queixa) de que funcionários antigos estão sendo substituídos por pessoas jovens e mais qualificadas, mesmo sem experiência, que aguardam uma chance de ingressarem no mercado de trabalho. Eduarda relata uma experiência neste sentido:

(...) e também o que eu acho, o que eu vejo, né, de vários funcionários que estão lá dentro, que são efetivos, parece que eles têm medo de ensinar um novato que vem, que quer aprender, que tem interesse, eles se sentem mais constrangidos, ficam mais fechados, tem algumas perguntas, dúvidas que a gente fica perguntando.... eu acho, não sei, na minha opinião que eles se sentem com medo de perder o lugar, pelo fato de eles serem encarregados, efetivos, ou serem auxiliares que ficam durante a entressafra, que são pessoas que começam em janeiro e vão até novembro, ficam um mês só em casa.

Além da questão do treinamento, outras condições no ambiente de trabalho em função do fumo são problemáticas, uma vez que suas folhas chegam nas indústrias carregadas de terra, com resíduos de agrotóxicos, além de liberarem, durante o processo, um vapor que traz grande desconforto. Um dos tipos de fumo também exala um odor muito característico, provocando náuseas, tontura, vômitos. A poeira que é constante ao longo da linha de produção (pelo trabalho das “varredeiras”) também provoca ou agrava os sintomas de problemas respiratórios entre as safristas. Paula, há 3 safras, relata sua observação sobre o manuseio do fumo:

Mexer com o fumo... é eu acho assim que é complicado porque, por causa do veneno que tem. Que nem no caso eu não uso máscara, a maioria das mulheres não usam, porque não querem, se acostumam, ou se sentem mal, que aquilo abafa, né, e daí eu assim acho muito forte, que nem quando é o Burley, é muito forte o cheiro, muita gente passa mal do estômago, por causa do veneno, racha as mãos, tu não pode usar luva, nada, fica até difícil

tu manusear o fumo com a mão, porque a folha é áspera, né, ela racha a mão, neste ponto que eu acho difícil, né.

O fumo é apontado como causadora de grande desconforto pelas características das folhas, que são ásperas, “visguentas”, empoeiradas e com forte odor, sendo manipulado por muitas horas na linha de produção, numa indicação do quanto é desgastante e degradante as condições de trabalho com este produto. Mesmo diante de tal situação, a maioria relata que não utiliza equipamentos de proteção, pela diminuição da agilidade no trabalho (luvas) e pelo desconforto (máscaras). Eduarda, há 3 safras, também aponta as dificuldades no trabalho com o fumo, por suas características:

(...) além do cheiro, principalmente o Burley, é desagradável e tem muito pó, o pó dele é horrível. (...) Ou mofado, quando ele fica mofado é horrível (...) Então as mulheres que trabalham nisso bah, na linha em que elas trabalham é horrível, bastante terra, pó.

O uso dos equipamentos individuais de proteção também se situa na mesma lógica da responsabilização individual, uma vez que não obrigam os trabalhadores a usar na manipulação do fumo e diante do barulho das máquinas, o lema é “usa quem quiser”.

Da mesma forma, Paula traz as dificuldades em outras condições de trabalho, como o trabalho de pé em atividades repetitivas, desenvolvidas nas esteiras da linha de produção:

(...) que nem eu trabalho duas horas, depois eu folgo duas, aí trabalho seis horas e é um trabalho de pé, né, não tem cadeira, para a gente sentar, daí é difícil... e o pó também, isso aí é desvantagem.

Há também o desgaste relacionado ao trabalho repetitivo e por longos períodos de tempo com o fumo, em que muitas delas trabalham em pé. Além disso, o trabalho noturno também é desgastante, pela alteração de seu ritmo biológico e pela falta de



repouso que passam a ter, uma vez que tem de cuidar das tarefas da casa e dos filhos. Soma-se a estes elementos a sobrecarga de trabalho devido à redução dos postos de trabalho, pela a automação das indústrias, sem, por isso, resultar em queda de produtividade. A partir do processo de automação, a desvalorização da experiência dos safristas tornou-se crescente, contribuindo para que um saber que era reconhecido nos trabalhadores, mesmo que precariamente, agora fosse depositado nas máquinas. Estas máquinas, em vez de serem vistas como algo que pode libertá-las do trabalho desgastante, são encaradas mais como inimigas das safristas, por esta perda de um lugar social (mesmo que imaginário) devido à expropriação de um saber e de um fazer, que gera sofrimento psíquico.

Este desgaste do trabalho, decorrente da sobrecarga de trabalho, é comentado por Rosélia, há 3 safras:

(...) eu acho que a tecnologia tá avançando demais, que cada ano diminui o número de pessoal. O que no ano passado 15 mulheres faziam, hoje tem 8, a metade, então eles estão reduzindo pelo fato de ser tudo mais moderno. (...) antigamente era horrores de pessoas que trabalhavam em Santa Cruz, milhares de empregos. (...) a gente se desgasta muito, trabalha de noite, como eu te disse é a redução do pessoal é uma coisa que desgastou muito em relação aos que estão trabalhando... porque têm horários que é puxado (...)

O trabalho nas linhas de produção tem seu ritmo determinado pelas esteiras, dentro do modelo fordista de produção, trazendo também conseqüências para os trabalhadores que não detêm mais o controle do tempo sobre seu trabalho. Impotentes, ficam à mercê do ritmo imposto pelas máquinas. Sílvia, há 5 safras, aborda esta questão, mostrando que tem de se adaptar ao ritmo da esteira:

(...) é difícil, dá até sono na gente, né, às vezes vai bem devagarinho a esteira, às vezes vai à mil, aí não dá tempo de conversar. Agora, quando tá bem devagarinho, a gente pega, fica esperando, até que vem o número da gente.

### 5.6.2 A desvalorização e exploração dos trabalhadores

O trabalho de safra também ratifica sua marca precarizada, degradante no que se refere à valorização de seus funcionários. Há sim uma exigência muito grande, principalmente no que diz respeito à escolarização e no controle do desempenho do trabalho, mas, em contrapartida, não há a valorização tão esperada pelos safristas, de sua experiência de trabalho, mesmo quando cumprem o que lhes é exigido. É do que Paula, há 3 safras, se queixa:

Assim em relação aos funcionários, o que a gente vê lá dentro, eu percebo que eles deveriam dar mais valor assim pro pessoal, tem muita gente que não tem estudo, que não tem nem o 1º grau, mas entende muito bem do serviço que faz; e colocar uma pessoa ali formada, com faculdade, que não sabe fazer o serviço daquela pessoa, né, eles deviam valorizar um pouquinho mais, né, a experiência das pessoas e que nem assim... a pessoa nunca falta, falta um dia, sabe, tu chega lá e eles tão tudo assim te olhando diferente, né, eu acho que eles poderiam ter um pouco mais de consideração, né, pelas pessoas.

O trabalho na safra também indica sua fragilização através da exploração a que são submetidos os safristas, uma vez que recebem por determinada função, mas, sendo necessário, devem exercer outras atividades que a empresa determinar, pela falta de pessoal ou pelo aumento de demanda de determinado setor. É a lógica do empregado multifuncional, que pode desempenhar qualquer tarefa sem prejuízo da produtividade. A maioria acaba aceitando, se submetendo com medo de perder o emprego ou de não ser chamada na próxima safra. Paula é uma entre tantas safristas que trazem esta questão de não ter um lugar certo e deste assujeitamento:

(...) no caso não tem serviço fixo, meu serviço é auxiliar... selecionadora de fumo, né, mas se precisar, falta alguém para varrer, tem que varrer, sabe.

Muitas funcionárias relatam que são iludidas pelas chefias das empresas, uma vez que os encarregados propõem que elas assumam um posto de trabalho mais valorizado, em caráter provisório, em que podem ganhar um pouco mais, com a promessa de que terão essa função registrada na carteira, ou serão chamadas na próxima safra para ocuparem a função em questão. Entretanto, essa combinação não se concretiza, deixando claro para as safristas o quanto a empresa se aproveita de sua experiência, de seu interesse, sem valorizar sua experiência, o desempenho de suas funções e sem remunerá-las como deveriam.

O salário também se constitui numa queixa das safristas, uma vez que funções diferentes e com responsabilidades distintas recebem o mesmo salário. Por exemplo, as senhoras responsáveis pela limpeza (as “varredeiras”) recebem o mesmo salário das trabalhadoras dos *picking*, porque a referência é a hora de trabalho. Somente as funções de sortideiras é que recebem um pouco a mais, pelo conhecimento que têm sobre o fumo, mas a diferença salarial não é muito grande. Além disso, a remuneração que recebem não acompanha o salário mínimo, sendo motivo de queixa entre as safristas, uma vez que quando o mínimo aumenta, o salário das safristas não se modifica, devido ao valor da hora de trabalho ser estabelecida em acordos coletivos de trabalho, para o período da safra vigente.

Outro aspecto problemático na safra são os riscos de acidentes de trabalho, que são tratados também, na maioria das vezes, como de responsabilidade individual (não obrigam o uso de equipamentos de proteção), na lógica da auto-culpabilização, do controle invisível. Eduarda, da empresa D, há 3 safras, comenta a questão:

(...) o ambiente também que... tu tens de tomar muito cuidado, corre risco de acidente, tem de estar sempre de olhos abertos. (...) Pode acontecer de uma gaiola estar mal colocada no empilhamento, pode girar, cair fardos por cima, pode acontecer de uma empilhadeira estar com uma velocidade alta ou até mesmo tu

não perceber, nem o motorista perceber e acabar batendo, pode causar esse tipo de acidente. Na parte dos caminhões também há mais risco porque eles ficam encima dos caminhões, carregando, presos apenas numa corda que fica nas costas, com uns fios encima. Eles ficam pendurados ali; então eles têm de ter todo o cuidado, se aquilo não está enganchado, porque eles têm de se soltar para colocar a lona em volta de todo o caminhão... e têm que ficar pendurado aquilo... então se eles não tiverem cuidado que aquilo não ta enganchado, pode-se cair no chão de uma altura de quatro, cinco metros, que nem já aconteceu este ano.

A precarização do trabalho aparece também quando o assunto é o respeito pela saúde do trabalhador e no atendimento dado a ele. Os safristas são tratados como mais uma peça da engrenagem e passam muitas vezes a esconder a doença ou trabalhar doentes para não perderem as horas de trabalho e o próprio emprego. O serviço médico, que deveria preservar o sujeito doente, acaba sendo aliado da empresa, ficando o trabalhador à mercê deste esquema. A questão é trazida pela safrista Eduarda, como queixa:

(...) no meu setor já teve casos de pessoas que ... perceber que elas estão mal, que não conseguem trabalhar e o médico simplesmente dá um dia de atestado e no outro dia a pessoa ta cada vez piorando mais e eles não querem mais saber. Eles querem saber da empresa deles. Só no que vai produzir. Acho que é muito desumano isso com os safristas, principalmente. Também o atendimento deles na parte da enfermaria, parece que eles estão lá fazendo uma coisa obrigada, (...) porque a maioria das safristas não querem perder, eles não querem ir para casa, porque eles vão perder aquilo ali, vão perder o dia. (...) daí se o médico não dá o atestado, eles são obrigados a trabalhar doentes, para não perder o dia, porque além de eles perderem o dia, eles perdem o domingo ou o feriado que tiver no mês, então eu acho que eles deviam atender um pouco melhor, pelo menos para o doente se sentir um pouco melhor.

### 5.6.3 A questão da disciplina e do controle

O desrespeito ocorre também no controle das idas ao banheiro que acontecem nas empresas. Há um intervalo para estes fins de oito minutos a cada duas horas e há punição coletiva caso alguma delas ultrapasse o limite estabelecido. Simone, da empresa A, há 9 safras, comenta sobre esta invisibilidade do individual no que diz respeito à disciplina:

(...) pra exigência deles que eles têm, eles são muito duros com a gente, a gente trabalha direito assim sabe. Se uma pessoa assim vai no banheiro, uma pessoa, de trinta mulher dos “picking” que nós somos, uma pessoa vai no banheiro e fica dez minuto, aí a outra mulher pega e fala para a auxiliar, né, aí chama todas nós e mijam nó todos, sabe. Eu achava certo eles pega ela e conversa numa sala assim, separado, né, porque a gente vai assim ouvir o que a gente não deve ouvir, sabe. E às vezes a gente vai no banheiro, as mulher são relaxada, né, eles pegam, secam as mãos e colocam papel no chão, e tem lixo para colocar, né, várias vezes, tu entra junto, né, porque eles mandam a gente fazer isso, né, e aí a gente pega e ajunta e umas mulher pegam e passam por cima, né, daí uma olha lá, olha, ela tá pisando em cima do papel, ela volta, chega e fala para a auxiliar, aí ela pega e mijam nós de novo, sabe, acho que isso aí não é uma coisa certa.

A lógica presente nas empresas, atrás de aparente paradoxo, que confunde os trabalhadores, por vezes atribui responsabilização sobre cada trabalhador, mas, em outros momentos, o individual não tem visibilidade, como acontece nas punições. Esta confusão quanto à visibilidade individual e coletiva faz com que um erro individual seja punido coletivamente, como forma de servir de exemplo para todos. É a forma que as empresas utilizam para legitimar seus discursos e apreender, capturar o trabalhador nos dispositivos disciplinares adotados, através desta confusão e do medo de demissão. É a “quebra” do coletivo, que “quebra” as resistências.

A questão da disciplina está muito presente nas falas das safrististas e, nas trabalhadoras de mais idade e que têm mais experiência com a safra, que estão há muitos anos neste trabalho sazonal, a internalização das normas, da disciplina e da lealdade às empresas parece ter se efetivado de forma significativa, numa produção de subjetividade que é marcada por um empobrecimento simbólico. É o caso de Isabel, há 15 safras, na empresa C, que não consegue burlar as normas durante o trabalho:

Não, não tem, é quieto, porque é cada um no seu lugar e é longinquo um do outro, não tem como conversar.

Já Simone, na mesma função que Isabel, revela que consegue burlar as normas, numa estratégia até de defesa articulada coletivamente contra as condições degradantes de trabalho:

Não, a gente conversa quando eles não tã ali, né, porque a gente senta uma de costas para a outra, né, nos “picking”, né, aí quando eles saem aí a gente dá uma conversada, mas sem virar para trás, né, não dá para virar, porque se eles pegam... que sempre tem lá os auxiliar que sempre tá ali com nós, né.

A internalização das normas também fica clara na fala de Sílvia, que está há 5 safras mas que já teve longa experiência em outras indústrias com produção em série, sinalizando a domesticação, o controle e coerção do corpo como um todo:

Carregava às vezes as notas, pegava no recebimento, levava nas salinhas, né, e quando não tinha para carregar, eu varria. Fazia lá o que eles me mandavam.

A questão da disciplina, das normas também parece atravessar a fala de Susana, que com sua atitude de “agüentar”, demonstra que a negação que faz da realidade também acaba funcionando como defesa frente às condições de trabalho adversas. Não podem deixar transparecer descontentamento, nem cansaço, nem indisposição:

É a poeira incomoda um pouco assim no local de serviço, mas não é assim que não pode agüentar, é uma coisa assim normal.(...) o pessoal não nota, não dá para ter corpo muita mole.

Outro exemplo de apropriação pelos funcionários das normas, disciplina, controle das empresas é a atitude o sentimento de gratidão, de lealdade desenvolvida pelas pessoas em relação às empresas em que trabalham. A fala de Rosélia, há 3 safras, mas com experiência de 17 anos como efetiva em indústria de cigarros, demonstra claramente esta questão, quando cita a empresa em que esteve como efetiva:

(...) eu devo a eles tudo o que eu tenho (...)Então lá foi uma experiência muito boa que eu tive, eu consegui criar meus filhos... uma eu já tinha quando eu trabalhei lá. Então eu sou muito grata a essa firma.

#### **5.6.4 A exigência da escolarização**

Algumas empresas fumageiras estão fazendo uma exigência a seus funcionários de que concluem o 1º grau, ou não serão admitidos nas próximas safras. É através de uma imposição e da mobilização do medo (da não admissão) que os trabalhadores se movimentam para a qualificação Nestes casos, as empresas custeiam os estudos, na estrutura de ensino municipal, como refere Simone, da empresa A, há 9 safras:

É que não que eu queria estudar, né, é porque a Souza Cruz exige estudo, né. Aí quem não tem 1º grau, eles não pegam mais e não deixam trabalhar mais, né. Até o ano de 2003, daí quem não tiver o 1º grau, né, aí eles não vão passar para a firma, né. Aí quem tem 1º grau continua trabalhando.

Este discurso presente nas empresas, que aparentemente pode parecer um incentivo à qualificação, na verdade legitima a política de redução de pessoal e a dispensa dos idosos, dos que não se atualizaram e se qualificaram, dos que não se

adaptam à filosofia da empresa e os que não apresentam mais o mesmo rendimento no trabalho. É o que a fala de Laura, da empresa A, há 20 safras, sinaliza:

(...) lá é assim, a pessoa vai envelhecendo, vai...quem tem chance... Bom hoje tá... muito é o estudo, né, hoje em dia o que eles dão valor muito é ... não é a prática, não é o teu conhecimento, não é... é o estudo, pode chegar lá uma guriuzinha de, novinha, que não sabe fazer nada, mas se ela disser que tem o 2º grau, ela entra, ela passa a ser até sortideira e daí as que não tem vão ficando para trás.

O trabalho na safra de fumo representa para muitos a única chance de colocação, de inserção no mercado de trabalho, pela baixa escolaridade que possuem; entretanto, agora, com mais esta exigência, mesmo tendo experiência de muitos anos, o saber que possuem estará invalidado. A experiência é completamente desqualificada pela empresa, nesta lógica de mercado. Muitas apresentam um processo de auto-desvalorização, de auto-desqualificação, achando que não são capazes de retomar os estudos. É Laura novamente que traz a situação:

(...) por causa dos estudos, né, o pessoal, os mais velhos eles estão largando, né, assim eu até acho que é uma coisa errada, né, porque tem gente que trabalha, a gente trabalha mesmo, não falta, não coloca atestado, e eles tão pegando essas novinhas, que trabalham um mês, de repente saem, pedem as contas, não agüentam, porque tem pó, tem cheiro, não é fácil dentro duma firma de fumo, mas o que interessa para eles é o estudo, né, eu já acho assim, que eles deviam valorizar um pouquinho mais os que estão lá dentro, os empregados bons, que estão lá dentro, eu acho que eles deviam continuar com esses; e os que estão aqui fora, então, exigir então, para entrar lá dentro vocês têm de ter, mas os que eu tenho lá dentro e que são bons, que vão ficar com nós, né.

As empresas de fumo valorizam mais a qualificação do que a experiência, pois assim têm a seu dispor trabalhadores que podem desempenhar as mais variadas funções,



até as relacionadas à informática, por um salário baixo. Ao mesmo tempo em que exigem, não valorizam as funcionárias que estão buscando se qualificar. É a lógica da exploração, da expropriação de saberes dos trabalhadores, de desqualificação, como a fala de Paula aponta:

(...) eles deviam ter feito alguma coisa, né, por exemplo, dar algum incentivo para quem tem o 2º grau, que lá dentro a maioria do pessoal não tem o 1º grau completo, né, dar melhores condições de trabalho porque a gente trabalha com pó, a gente tá trabalhando, as mulheres estão varrendo, levanta aquela poeira, né, a gente sai assim virada só em pó, isso aí eu acho que eles não incentivam, né, até tu pode conseguir um lugar melhor se tu tiver um padrinho... (risos) aí tu vai, senão tu continua sempre no mesmo.

A exigência de escolaridade, de forma geral, invalida cada vez mais o saber safrista, pela desvalorização da experiência, e, ao mesmo tempo em que muitas buscam a qualificação, esta não é garantia de colocação no mercado de trabalho, apontando a perversidade do discurso capitalista. Paula comenta uma situação que viveu a este respeito:

É que hoje em dia tá muito difícil emprego, né, então a única opção que eu tive foi safra mesmo, porque todos os lugares que fui tinha de ter 2º grau, por isso até que eu tô fazendo, tinha experiências, mas eles nem querem experiências, eles querem que tenha o 2º grau completo. E até tive entrevistas com psicólogas do supermercado A, elas disseram “a gente nem quer experiência, tem de ter o 2º grau e qualquer dia a gente vai exigir faculdade”, tem muita mão-de-obra, né.

### **5.7 Sofrimento psíquico dos trabalhadores**

As condições de precarização do trabalho de safra de fumo já presentes

desde o ingresso do trabalhador (pela falta do treinamento), a vivência de poucos meses de trabalho, o exercício de atividades repetitivas, desgastantes, aliadas às exigências das empresas e falta de valorização dos trabalhadores, além da trajetória de repetições nesta modalidade de trabalho, trazem importantes implicações ao psiquismo dos trabalhadores.

O trabalho na safra, por se constituir em uma atividade temporária, também gera um quadro de instabilidade, insegurança e, em alguns casos até mesmo depressão. O desejo do emprego fixo e as dificuldades para que ele se concretize também gera sofrimento, frustração.

O relato de Eduarda, da empresa D, há 3 safras, mostra o sofrimento frente à instabilidade que o trabalho de safra provoca, por seu caráter temporário:

Ai, é uma situação horrível, porque daí tu tá numa coisa, amanhã tu tá lá trabalhando e tu já tá sabendo que tu não vai ficar, que tu vai batalhar para tu conseguir outra coisa para trabalhar, porque em casa parada não dá, é uma situação horrível.

Da mesma forma esta instabilidade também dificulta uma previsão a longo prazo, principalmente em relação ao consumo de bens para a família. A lógica que passa a vigorar é o viver a cada dia, ou melhor, sobreviver a cada dia. Neste sentido, Joana, da empresa B, há 14 safras, relata:

Ah, a insegurança, né, como é que tu vai te programar para alguma coisa, não pode.

O sentimento de desmotivação, de falta de desejo por este trabalho de condições tão precárias, em que a diferença entre o que se espera do trabalho e o que se encontra efetivamente nele é muito grande, também estão presentes na fala de Eduarda:

Ai, tem dia que eu levanto com dificuldade para ir trabalhar sabendo que eu tô indo para um lugar onde que eu não gosto de trabalhar, que não é aquilo, que não recebo um salário digno, para

mim isso eu também entendo por um lado que é uma fase que eu tô passando, né, não perco as esperanças de conseguir o emprego que eu quero, um emprego melhor.

As condições de trabalho também são fonte de sofrimento para as safristas, como expõe Paula, da empresa C, há 3 safras:

Agitada, nervosa.... isso do próprio barulho, até o pessoal da audiometria falou, até eles nos perguntam, tu tá com irritação do barulho, mas é só na época da safra, depois parou.

A situação de espera por uma nova safra, para aquelas que não encontram outra atividade por falta de qualificação ou pela diminuição de postos de trabalho efetivos na região, também é fator de sofrimento para as trabalhadoras, como declara Sílvia, da empresa A, há 5 safras:

Ah, é chato, é ruim, a gente estranha, a gente acha falta e faz falta, tem necessidade também, mas fazer o que, né, tem de se controlar, se contentar, até esperar vir de novo.

Da mesma forma, Rosélia expõe seu sofrimento pela instabilidade e dificuldade de conseguir outra atividade após a safra, indicando sua situação de vulnerabilidade:

Dificuldade tanto psicológica, tu fica abalada, muito, muito depressiva, eu quero trabalhar e não consigo, pelo fato da idade, estudo, não sei se tá certo isto... É uma angústia, é muito difícil isso para mim. É isso que traz todo esse desequilíbrio. Porque quando tu tem uma coisa segura tu sabe que no final do mês tu recebe e quando tu não tem tu fica naquela ansi... (...) agora comigo aconteceu nos últimos anos que eu fico nessa, mesmo com essa idade a gente precisa continuar.

Por outro lado, pode-se também supor que o sofrimento psíquico entre estas mulheres só não é maior devido à existência da entressafra, período em que podem se dedicar a atividades possivelmente mais prazerosas e com mais liberdade.

## **5.8 Estratégias de defesa dos trabalhadores**

Embora as entrevistas tenham sido feitas individualmente, ficou explicitado de forma bastante significativa como algumas safristas utilizam defesas atravessadas pelo coletivo frente às condições degradantes de trabalho nas indústrias de beneficiamento do fumo.

Há, entre muitas safristas, o relato de que se acostumam com algumas condições precárias de trabalho, como o caso de Joana, da empresa B, há 14 safras, falando do cheiro do fumo:

Não, tu te acostuma, tu não sente quase o cheiro. Têm dias assim que tu sente mais forte, se tu passa perto deste ou daquele fumo, mas depois que tu tá acostumada lá dentro, eu pelo menos não...

O termo “se acostumar” aparece como uma proteção frente às condições de trabalho, em uma alienação, uma dissociação e eufemização da realidade, em que a realidade que se apresenta no cotidiano de trabalho é atenuada. Ao mesmo tempo há a adaptação a esta situação para poderem suportar o trabalho e pelo medo de perderem o emprego, num assujeitamento às condições degradantes de trabalho, uma vez que o exército de reserva que espera por uma vaga não é pequeno. O empobrecimento simbólico também aparece como resultante deste processo, em que é melhor “não pensar” para não sofrer ainda mais.

Rosélia, empresa C, há 3 safras, também falando do trabalho com o fumo, relata o mesmo mecanismo defensivo como forma de negar as dificuldades para poder seguir trabalhando como fumo, na experiência como efetiva e agora com a safra:

(...) como eu vou te dizer assim, eu acostumei, porque eu trabalhei sabe a minha vida quase no fumo. Mas hoje as coisas... parece que tá mais forte, o veneno, o cheiro, a poeira.

Na fala de Susana, há 20 safras, aparece em vários momentos a dificuldade de uma visão crítica sobre seu trabalho, numa visível subjetivação permeada pela disciplina e adaptação às normas das empresas, ao longo de muitos anos de trabalho com safra, que também muitas vezes funciona como defesa diante das situações difíceis presentes no trabalho. O “se acostumar” e o “agüentar” são os símbolos deste processo defensivo presente em muitas safristas:

É a poeira incomoda um pouco assim no local de serviço, mas não é assim que não pode agüentar, é uma coisa assim normal. (...) o pessoal não nota, não dá para ter corpo muita mole.

O relato de Eduarda, há 3 safras, também é significativo no sentido de situar a dificuldade das safristas que estão há poucas safras em se identificar com este trabalho que apresenta condições tão fragilizadas. Esta falta de desejo direcionado ao trabalho da safra também pode acabar funcionando como defesa frente ao sofrimento, frente a provisoriedade destas situações:

(...) para mim é horrível, porque eu sei que eu não vou ficar ali, que vai ser só aquilo ali, tanto que desde o primeiro dia que eu comecei, até agora que eu ainda continuo lá para mim é uma coisa provisória, eu sei que é provisória (...).

Este tempo característico da safra de fumo, perpassado por interrupção previsível e repetição, também é visto por Susana, há 20 safras, como algo que se acostuma, também como forma de defesa:

(...) porque a gente já tá acostumada com esse ritmo assim de trabalhar aqueles meses e depois ficar em casa, fazer os afazeres da casa. (...) eu acho que eu acostumei, não noto muita diferença.

## CONCLUSÕES

Neste trabalho buscamos compreender como são vivenciados, pelos trabalhadores de safra de fumo, em Santa Cruz do Sul, o tempo desta modalidade de trabalho (que envolve interrupção e repetição previsíveis) e as características precarizadas presentes nas condições de trabalho, procurando identificar o processo de subjetivação que perpassa estes trabalhadores, bem como o sofrimento psíquico e as estratégias defensivas decorrentes do processo de trabalho.

Constatamos que a vivência da temporalidade da safra e da precarização do trabalho são fonte de sofrimento para estes trabalhadores. Seu cotidiano está permeado por sentimentos de desmotivação, insegurança, frustração, impotência e desvalorização diante da fragilização das condições de trabalho e pela provisoriedade da safra.

Observou-se que a atividade da safra é desenvolvida em sua maior parte por mulheres, mas em atividades desqualificadas, enquanto os homens desempenham cargos de chefia, ratificando a exploração da força de trabalho feminina. Entre as safristas de mais idade e há mais tempo na safra, percebeu-se um empobrecimento simbólico engendrado pela submissão às normas e disciplina das empresas, enquanto que entre as mais jovens, há mais crítica sobre as condições de trabalho.

A desmotivação se faz presente já no ingresso para a safra, uma vez que esta modalidade de trabalho, por muitas vezes, torna-se a única opção frente à falta de emprego efetivo (que é o desejo da maioria). Não se pode dizer que há uma motivação real para esta atividade, uma vez que muitas mulheres não trabalham na safra por opção,

mas sim por uma imposição do mercado de trabalho, já que possuem baixa escolarização.

Nesta lógica, este trabalho sazonal mostra-se marcado pela provisoriedade, pela contingência, sendo o meio mais previsível de inserção no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, ela cumpre a função de complementar a renda familiar, em que a necessidade financeira faz com que se assujeitem a este trabalho. Entretanto, a busca por um emprego fixo, efetivo, muito valorizado, permanece mesmo durante o período de safra.

O trabalho de safra também é comparado, por algumas entrevistadas, a um vício, uma vez que no período da safra, chegam a largar outros empregos para ir para as empresas fumageiras. Esta questão aponta como as safristas se estruturam, se subjetivam nesta temporalidade sazonal, bem como no processo de disciplinarização, pela submissão às normas da empresa, seja pela falta opção de outros empregos, ou pela repetição por vários anos na safra, mesmo que contrarie o desejo pelo emprego efetivo. A inserção em uma empresa multinacional também as atrai, pelo *status* que representa, numa esperança de que sejam valorizadas em suas experiências.

A vantagem apontada para esta atividade é a sua previsibilidade, mas o retorno para o próximo ano é encarado por muitas delas como uma responsabilidade individual, dentro da lógica presente no discurso das empresas. Esta lógica também se apresenta no que diz respeito ao uso de equipamentos de proteção individual e no próprio treinamento para as atividades a serem desempenhadas pelos safristas.

A vantagem em termos financeiros também é muito valorizada, apontando para um paradoxo, de que o melhor da safra é sua saída, pela remuneração maior que recebem por ocasião da rescisão do contrato. Nesta lógica, o melhor desta atividade é a sua saída, o seu final.

As desvantagens do trabalho de safra sinalizadas pelas funcionárias indicam a instabilidade presente nesta modalidade de trabalho. Este sentimento decorre da interrupção previsível da safra, em que ficarão novamente desempregadas. Além disso, a falta de direitos trabalhistas integrais também é motivo de queixa e sofrimento, uma

vez que os acordos coletivos de trabalho ainda não são garantia de melhores condições para os empregados.

A vivência de um trabalho que dura poucos meses também é marcada por sentimentos de instabilidade, impotência e frustração, mostrando a dificuldade de lidar com tal situação. O período da safra depende da quantidade de fumo comercializada (embora a lógica que perpassa o discurso das empresas seja da responsabilidade individual pelo desempenho), mas há redução neste tempo de safra decorrente da automação, que de certa forma invalidou um saber e um fazer dos trabalhadores há muito construído.

Este cenário nos permite vislumbrar que o processo de subjetivação que atravessa as safristas é engendrado pela negativa do modelo de emprego pleno (efetivo, fixo), valorizado dentro da hierarquia dos modos de trabalhar no sistema capitalista, mesmo que em declínio. A inscrição social destes trabalhadores é marcada pela vulnerabilidade mesmo durante o período de safra, sendo atravessados por esta condição de desfiliação. A subjetivação também se dá nesta espera, seja por uma nova safra, seja pelo desejado emprego efetivo.

Esta condição do safrista, no que se refere à inscrição social, vai ao encontro do que comenta Castel (1999) sobre a condição de interino, e do que diz Schnapper (1996) dos movimentos de exclusão e inclusão. Entre estes trabalhadores a inclusão é muito frágil, sem se efetivar de fato.

A subjetivação atravessada pela submissão às regras, às normas das empresas, à disciplina dissimulada também aparece entre muitas safristas, através das atitudes de acomodação e passividade frente ao que foge de seu controle, como as condições precárias de trabalho, o ritmo do trabalho e o tempo da safra. O costume a que muitas se referem acaba funcionando como estratégia defensiva frente às condições adversas, frente ao sofrimento psíquico (Dejours, 1992).

As atividades desenvolvidas na entressafra também são fonte de sofrimento, sendo marcadas pela instabilidade e precarização das condições de trabalho. As safristas envolvem-se com “bicos”, atividades igualmente empobrecidas, desgastantes e sem



reconhecimento social, a fim de fugirem do desemprego. O trabalho doméstico desenvolvido por muitas também traz a marca da desqualificação, construído histórica e socialmente como atribuição natural das mulheres.

A precarização das condições de trabalho, em seus vários elementos, também é fonte de sofrimento psíquico. A marca da precariedade se faz presente desde o ingresso do safrista, pela questão do treinamento, que efetivamente não existe, gerando instabilidade nos trabalhadores, que têm de aprender na prática, dentro da lógica da responsabilização individual, sem saber se desempenham corretamente suas atividades. Soma-se a isto, o medo que os efetivos têm de ensinar e perderem seu lugar.

Trabalhar com o fumo também é fonte de desconforto para as safrististas que convivem com poeira, o odor forte do fumo, o veneno e outras características desagradáveis da folha de fumo por longas horas. Entretanto, muitas dizem acostumar-se com estas condições, indicando as estratégias de defesa que utilizam para suportar o trabalho, amenizando as dificuldades, numa negação e dissociação da realidade.

A organização do trabalho também é perpassada pela precarização e degradação, uma vez que são desempenhadas tarefas repetitivas, empobrecidas, desqualificadas, por um trabalhador parcial um processo de produção contínuo, em que o ritmo do trabalho é ditado pelas esteiras da linha de produção, sinalizando o quanto os modelos tayloristas e fordistas estão presentes no trabalho de safra. A sobrecarga de trabalho também é muito grande, devido à redução de postos de trabalho decorrentes da automação do processo de produção e o trabalho noturno e o desenvolvimento das atividades de pé, indicam o desgaste a que estão expostos os safrististas.

Os safrististas também têm de desempenhar diferentes funções no processo de trabalho, indicando a exploração a que são submetidos. A maioria aceita tal situação pelo medo de perder o emprego e de não ser chamado nas próximas safras.

A questão da falta de valorização da experiência, em contraponto à crescente exigência por escolaridade, também provoca instabilidade e sofrimento. Mesmo entre aqueles que estão buscando escolarização, pela imposição da empresa, não há nenhum

indicativo de valorização. Da mesma forma, a saúde do trabalhador tem pouca importância para as empresas, que se interessam mais pela produtividade.

A disciplina e o controle presentes nas empresas, mesmo que de forma dissimulada, também submete os trabalhadores de safra. Muitas empresas lançam mão de um discurso que confunde os trabalhadores e os apreende em sua lógica, no que diz respeito à visibilidade individual e coletiva. Um erro individual é punido coletivamente para que sirva de exemplo para os outros, legitimando o cumprimento estrito das normas e procedimentos frente ao medo da demissão, “quebra” do coletivo visando à “quebra” da resistência. O empobrecimento simbólico de muitas safristas decorre deste processo, em que são domesticados e tornam-se submissos.

A exigência da escolaridade, empreendida pelas empresas, também traz sofrimento aos safristas. Esta imposição das empresas para admissão dos safristas mobiliza o medo (de não ser admitido ou de ser demitido) e os impulsiona para a qualificação. Além disso, há também com esta exigência uma nova forma de legitimar a política de redução de pessoal em que os idosos e aqueles que não se atualizam estão fora do mercado de trabalho. É uma forma de legitimar o discurso das empresas, utilizando a qualificação como fachada. A safra é a opção de muitos trabalhadores de baixa escolaridade, que serão invalidados como aborda Castel (1999) através desta prática. A experiência destes trabalhadores pouco ou nada vale frente à exigência da escolaridade, ao mesmo tempo em que é uma exigência sem a valorização necessária.

Desta forma, com todas estas características presentes no trabalho de safra, percebe-se que o sofrimento se constitui desde o início e mesmo antes do ingresso na safra é intenso, sinalizado através da instabilidade, insegurança, impotência, frustração e desmotivação frente a precarização das condições de trabalho, ao tempo da safra e à negativa do emprego pleno, desejado e valorizado pelos safristas. O sofrimento psíquico possivelmente só não é maior devido à existência da entressafra, que permite que realizem atividades supostamente mais prazerosas e com mais liberdade.

As estratégias de defesas para o enfrentamento das condições precarizadas de trabalho aparecem sob a forma do “se acostumar”, onde o costume aponta a alienação, negação ou eufemização da realidade. Há uma adaptação a esta realidade como forma

de suportar o trabalho e pelo medo de demissão, diante de um exército de reserva esperando por uma vaga na safra. O empobrecimento simbólico também decorre deste processo, em que é melhor “não pensar” para não sofrer ainda mais.

Para concluir, o trabalho de safra não é um modo novo de trabalhar, uma vez que existe há mais de um século; entretanto, se articula com as discussões contemporâneas sobre a precarização das condições de trabalho e sobre o tempo, constituindo-se num modo de trabalhar precarizado imposto pelo capital. A vivência deste tempo da safra e da precarização do trabalho perpassa o processo de subjetivação dos safristas que se inscrevem socialmente pela negativa do modelo do emprego pleno (efetivo, fixo) e na espera por este padrão de emprego, sendo permeados pela vulnerabilidade mesmo durante o período da safra.

## BIBLIOGRAFIA

ALBORNOZ, Susana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. SP: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 3 ed. SP: Boitempo, 2000.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. RJ: Forense: EPU, 1981.

BARBARINI, Neuzi. **Trabalho bancário e reestruturação produtiva: implicações no psiquismo dos trabalhadores**. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, UFRGS, 2001.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1979.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. RJ: Zahar, 1977.

BENSAÏD, Daniel. Uma nova escuta do tempo. In: \_\_\_\_\_, **Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica**. RJ: Civilização Brasileira, 1999.

CASTEL, Robert. Robert Castel: o advento de um individualismo negativo. **Revista do Departamento de Psicologia – UFF**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2 e 3, p. 4-12, 1997.

- \_\_\_\_\_. **As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário.** 2.ed. Petrópolis:Vozes,1999.
- CODO, Wanderley. Accion de los psicólogos en los sindicatos: trabajos, alineación y transformación social. In: MONTEIRO, M. (org.) **Psicologia política latinoamericana.** Venezuela, Panapo, 1987, p.277-316.
- CODO, W. e SAMPAIO, José J. C. (orgs.). **Sufrimento psíquico nas organizações.** RJ: Vozes, 1995.
- COSTA, Jurandir Freire. **Psicanálise e contexto cultural.** RJ: Campus, 1989.
- DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social.** RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- \_\_\_\_\_. **A loucura do trabalho – estudo de psicopatologia do trabalho.** 5.ed. SP: Cortez, Oboré, 1992.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. Introdução: rizoma. In: **Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia**, n.1, RJ: Ed. 34, 1996.
- DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo.** RJ: Ed. 34, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Cinema 2: imagem-tempo.** SP: Brasiliense,1990.
- \_\_\_\_\_. **Diferença e repetição.** RJ: Graal, 1988 a.
- \_\_\_\_\_. **Foucault.** SP: Brasiliense, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Proust e os signos.** RJ: Forense Universitária, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Lógica do sentido.** SP: Perspectiva, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Nietzsche e a filosofia.** RJ: Ed. Rio, 1976.
- DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais.** 3 ed. SP: Atlas,1995.
- ETGES, Virgínia E. **Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo.** Santa Cruz do Sul: Livraria e ed. da FISC,1991.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Vozes, 1987.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org.) **Metodologia da pesquisa educacional**. SP: Cortez, 1989.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. SP: Atlas, 1995.

GORZ, André. **Misérias del presente, riqueza de lo posible**. Buenos Aires: Paidós, 1998.

GRISCI, Carmem L. I. Trabalho, tempo e subjetividade: impacto da reestruturação produtiva e o papel da Psicologia nas organizações. **Psicologia Ciência e Profissão**, 19 (1), 2-13, 1999.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Sueli. **Micropolítica – cartografias do desejo**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

HAGUETTE, Maria Tereza. **Metodologias qualitativas em sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 10.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 3 ed. SP: Paz e Terra, 1989.

JACQUES, Maria da Graça C. **Trabalho, educação e construção da identidade**. Tese de Doutorado em Educação, PUC/RS, 1993.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** SP: Ed. 34, 1996.

MARX, Karl. **O Capital**, Vol. 1/1. RJ: Civilização Brasileira, 1971.

MEDA, Dominique. New perspectives on work as value. **International Labour Review**, v. 135, n.6, 1996.

- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1990.
- NAFFAH NETO, Alfredo. **Outr'em-mim**. SP: Ed. Plexus, 1998.
- NARDI, Jean-Baptiste. **A história do fumo brasileiro**. RJ: ABIFUMO, 1985.
- PAGÈS, M.; BONETTI, M.; GAULEJAC, V. e DESCENDRE, D. **O poder das organizações**. SP: Ed. Atlas, 1987.
- PELBART, Peter Pál. **O tempo não reconciliado**. SP: Perspectiva / FAPESP, 1998.
- PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza**. SP: Ed. UNESP, 1996.
- PRIGOGINE, Ilya e STENGERS, Isabelle. **Entre o tempo e a eternidade**. SP: Companhia das Letras, 1992.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa- tomo I**. Campinas, SP: Papyrus, 1994.
- SANTORUM, Katia M. T. O mundo do trabalho na virada do século. **Revista Redes**. V.3, n.01, p.127-148, jul 1998.
- SCHNAPPER, Dominique. Intégration et exclusion dans les sociétés modernes. In: **L'exclusion: l'état des savoir**. Paris: Éditions Découverte, 1996.
- SEFFRIN, Guido. **O fumo no Brasil e no mundo**. Santa Cruz do Sul: AFUBRA, 1995.
- SELIGMANN-SILVA, Edith. **Desgaste mental no trabalho dominado**. RJ: Editora UFRJ; Cortez Editora, 1994.
- SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter – conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. RJ: Record, 1999.
- SERRES, Michel. **Atlas**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

\_\_\_\_\_. **Filosofia mestiça**. RJ: Nova Fronteira, 1993.

SILVA, André do Eirado. Voltar as costas para o tempo: o problema da subjetividade em Bergson. In: Silva, A. et al. **Subjetividade – questões contemporâneas**. SP: Ed. Hucitec, 1997.

SILVA, Rosane A. N. **Tempo e subjetividade**. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e da Personalidade, PUC/RS, 1991.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SPIES, Rosalice. **O processo de especialização produtiva na fumicultora de Santa Cruz do Sul, RS**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional, UNISC, 2000.

TEIXEIRA, Cristiana M. Novas formas de gestão no trabalho: impacto na saúde e subjetividade do trabalhador das indústrias de fumo. In: VIII Encontro Regional Sul da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO. **Resumos dos trabalhos**. Santa Maria: UFSM, 2000, p. 39.

TITTONI, Jaqueline. **Subjetividade e trabalho**. Porto Alegre: Ortiz, 1994.

VARELA, Francisco. **De cuerpo presente**. Barcelona: Gedisa, 1997.

VOGT, Olgário. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS: 1849-1993**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.



## **ANEXOS**

## ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

### UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL – MESTRADO

**Linha de Pesquisa: Modos de ser e de trabalhar em tempo descontínuo – o trabalho de safra em empresas de beneficiamento do fumo em Santa Cruz do Sul**

---

### TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

O trabalho de safra, em empresas de beneficiamento de fumo, em Santa Cruz do Sul, existe desde o início do século passado, quando as primeiras indústrias iniciaram suas atividades na cidade e região. Muita coisa mudou daquela época até hoje, devido principalmente ao processo de informatização que muitas empresas efetivaram, diminuindo o período do trabalho na safra e passando para as máquinas um saber e um fazer que pertenciam anteriormente aos trabalhadores.

Esta pesquisa tem o intuito de investigar como os trabalhadores de safra vivenciam este tempo de trabalho descontínuo (que dura apenas alguns meses no ano) e como constroem seus modos de ser e de trabalhar frente a este tempo de trabalho não linear. Interessa saber também se o trabalho de safra incorporou as tendências de tornar cada vez mais precárias as condições de trabalho, além de contribuir para a instabilidade e fragilização dos empregos, ou se, ao contrário disso, é apenas um modo diferente de trabalhar.

Eu, \_\_\_\_\_ fui informado(a) dos objetivos especificados e da metodologia de investigação proposta nesta pesquisa. Estou disposto(a) a participar da pesquisa e me proponho a fornecer as informações a respeito da minha experiência como trabalhador(a) de safra. Informo que todas as minhas dúvidas foram respondidas com clareza e sei que poderei solicitar novos esclarecimentos a qualquer momento.

Fico ciente ainda de que as informações por mim fornecidas terão caráter confidencial e só serão divulgados dados gerais de todos os participantes da pesquisa.

Santa Cruz do Sul, de \_\_\_\_\_ de 2001.

---

**ENTREVISTADO**

---

**PESQUISADOR**

## Roteiro para entrevista

1. Dados referentes à identificação: nome, idade, sexo, escolaridade.
2. Bom, para a gente começar, eu gostaria que tu me contasses um pouco das tuas experiências de trabalho anteriores. Qual foi teu primeiro emprego? E os outros?
3. Quando que tu iniciaste o trabalho na safra?
4. Quais os motivos que te levaram a trabalhar na safra?
5. Qual é a tua atividade, tua função na safra (em qual setor trabalha)?
6. Como é o teu trabalho? Descreves para mim o que tu fazes?
7. Tu permaneceste na mesma função ao longo destes anos?
8. Mudou alguma coisa no teu trabalho nos últimos anos? O quê?
9. Como tu aprendestes tuas tarefas? Alguém te ensinou?
10. Como é trabalhar na safra por alguns meses no ano?
11. Tu gostarias de ter um emprego fixo, que durasse ao longo de todo o ano?
12. Tu exerces alguma atividade remunerada após o término da safra?
13. E como é trabalhar por um tempo em uma atividade e depois trabalhar o restante do ano em outra atividade?
14. Quais as vantagens e desvantagens de se trabalhar na safra de fumo?
15. E como é trabalhar com o fumo?
16. O que tu dirias que é a tua profissão?
17. Trabalhar por alguns meses na safra trouxe algum tipo de mudança no teu jeito de ser, no teu comportamento? Por quê?
18. Gostarias de fazer algum outro comentário?